



Anais da Assembléia

N.º 133

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 132.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 1980

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Lineu Turra e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Tércio Albuquerque, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni-Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Gabriel Sampaio, Fuad Nacli, Carlos Zanlorenzi, Nestor Baptista e Dácio Leonel. (52); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Nelson Buffara, Cyro Martins, Fidelcino Tolentino, José Domingos Scarpelini e Jurandir Messias. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado em ata um VOTO DE PESAR pelo falecimento em data de 05 do corrente no Distrito de NOVO SOBRADINHO, Município de Toledo, do Sr. EWALDO ECKE.

Tratava-se de pessoa altamente estimada e relacionada na comunidade a que pertencia, sendo merecedor de todo o conceito, deixando lacuna irreparável na comunidade.

REQUER, outrossim, que seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar, ao seguinte endereço: aos cuidados da Prefeitura Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1980.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado um voto de aplauso ao Diretor-Presidente da FAMEPAR — FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ, Eleutério Dallazem, pelos reiterados trabalhos e

pronunciamentos em favor da melhoria das condições dos municípios.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o requerimento, dê-se ciência ao Excelentíssimo Governador do Estado, ao Secretário do Planejamento e ao homenageado.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1980.

(a) PALÁCIOS, GILBERTO CARVALHO e
AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Reiteradamente o Dr. Eleutério Dallazem, vem dentro do território paranaense e além divisas, sustentando a importância dos municípios como fator de melhoria no atingimento do bem-estar das suas populações, as suas dificuldades e as medidas a serem adotadas para reforçar as estruturas municipais.

Através de trabalhos apresentados em conclaves de âmbito nacional, estando presentes autoridades federais ligadas ao interesse municipal, aquele dirigente de forma firme, serena e objetiva, tem propugnado o ideal de maior apoio à consolidação de uma efetiva autonomia municipal e, par e passo, não sobrecarregá-lo com encargos próprios de outras esferas de Governo.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do 183.º aniversário de Antonina.

O tradicional e hoje turístico Município de Antonina, cujo verdadeiro nome de nascença é "Guarapirocaba", foi fundado, na condição de povoação, em 12 de setembro de 1714. — Em 29 de agosto de 1797, foi elevada à categoria de vila, com a atual denominação de Antonina, em memória do Príncipe D. Antônio e em 6 de novembro do mesmo ano foi elevada à categoria de cidade pela Lei n.º 14.

Atualmente Antonina conta com aproximadamente 30.000 habitantes e é uma das principais cidades de turismo de nosso litoral.

A economia do município é alicerçada na agricultura, principalmente nas culturas de banana, cana de açúcar, abacaxi, mamão e outras.

No setor religioso comemora-se naquela cidade a Festa da Padroeira - Nossa Senhora do Pilar - com grandes festividades durante vários dias tendo o seu ponto culminante no dia 15 de agosto. Como folclore existem em Antonina as célebres "Congadas", danças típicas da África.

A atual administração do município é constituída pelo Poder Executivo, na pessoa do ilustre Prefeito Paulo Virgílio Savarin, pelo Legislativo, representado pelos Vereadores Euclides Lucas, Gil Feres, Admaro Santos, Francisco Caetano de Almeida, Genival Lima Feitosa, Izari Carlos da Silva, Adirso Cordeiro da Fonseca, Nerval Pires da Silva, Gerônimo Ferreira Filho, Arjosvaldo Santos Albuquerque e Ironaldo Pereira de Deus. O Poder Judiciário é representado pelo Dr. Laurení Martins Teixeira, digno Juiz de Direito e pelo Dr. Sant'Clair Honorato Santos, Promotor Público da comarca.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1980.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o ARQUIVAMENTO do Projeto de Lei n.º 25/80, de sua autoria. (Estabelece critérios para integração em Quadro Técnico de Pessoal, professores Suplementaristas).

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1980.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, o conteúdo do telex dirigido ao Ministro dos Transportes Eliseu Resende, pelo qual os portuários de Paranaguá, por nosso intermédio, apelam no sentido de ser revogada a Portaria n.º 553, de 22-8-78, por ser prejudicial aos interesses da classe, no que concerne às operações do navio Roll-On-Roll-Off.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1980.

(a) NELSON BUFFARA.

Telex:

MINISTRO ELISEU RESENDE

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — BRASÍLIA

EM VIRTUDE DA GRANDE PREOCUPAÇÃO COM A VIGÊNCIA DA PORTARIA N.º 553 - DE 22-08-78 - QUE DISPENSA O TRABALHO NAS OPERAÇÕES DO NAVIO ROLL-ON-ROLL-OFF, DOS CONFERENTES, VIGIAS, CONSERTADORES E ARRUMADORES, RESTANDO APENAS AOS ESTIVADORES COM UMA PARTICIPAÇÃO MÍNIMA QUANDO REQUISITADOS, SUGERIMOS A REVOGAÇÃO DA REFERIDA PORTARIA AFIM DE QUE A CLASSE PORTUÁRIA DE PARANAGUÁ E NOS DEMAIS PORTOS BRASILEIROS SEJA REQUISITADA POR OCASIÃO DAQUELES SERVIÇOS.

A DISCRIMINAÇÃO DESTE TIPO DE NAVIO ESTÁ CAUSANDO UM PROFUNDO MAL ESTAR NOS SINDICATOS DE PARANAGUÁ E AGRAVANDO O JÁ ANGUSTIANTE PROBLEMA SOCIAL, RAZÃO PELA QUAL APELAMOS COM VEEMÊNCIA AO ELEVADO ESPÍRITO DE JUSTIÇA DE VOSSA EXCELENCIA, NA CERTEZA DE QUE A MEDIDA REIVINDICADA VIRÁ AMENISAR A SITUAÇÃO MELINDROSA DOS PORTUÁRIOS DAQUELA CIDADE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Parlamentares que este subscreve, atendendo às formalidades regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de solicitação de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, com o objetivo do afastamento imediato do Sr. Luiz Bonatto do cargo de Prefeito nomeado para o Município de Medianeira, para que possa responder às acusações gravíssimas que pairam sob sua administração em detrimento do município.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1980.

(aa) NELTON FRIEDRICH e

GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Desde 1972 o Tribunal de Contas do Estado não aprova as contas do Município de Medianeira.

Além disso, de 1976 até este ano, a Câmara Municipal também não recebeu as contas para exame.

O Prefeito nomeado Luiz Bonatto, ainda está sendo processado na Justiça por corrupção e malversação de dinheiro público.

Em anexo, fotocópia de algumas das diversas ações

judiciais que tramitam em tribunais, verdadeiras peças acusatórias de descabros administrativos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, solicitando sejam determinados estudos técnicos e sócio-econômicos, visando a implantação de Serviço de telefonia rural no Bairro Pinguim, Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1980.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

O Bairro Pinguim, no Município de Maringá, conserva ainda as características iniciais de colonização, isto é, mantém a forma de minifúndio, conseqüentemente possibilitando a que grande número de famílias se mantenham no campo.

A pequena distância da sede do município, cerca de 10 (dez) quilômetros, possibilita aos pequenos e médios proprietários rurais permanecerem com suas residências em suas propriedades, usufruindo de parte do conforto da cidade.

O bairro conta com energia elétrica fornecida pela COPEL, com uma moderna escola construída e mantida pela administração municipal, inclusive com um pequeno teatro para os estudantes.

Ressente-se aquela comunidade, do Serviço Telefônico requerido, para com esta melhoria, fixar mais ainda o homem ao campo, dentro da política do Governo Estadual.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 160/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CASCAVELENSE DE AMIGOS DE SURDOS — "ACAS", com sede e foro na Cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao presente plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de utilidade pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Está em regular funcionamento há mais de 1 (um) ano e presta relevantes serviços à coletividade, cuja finalidade é colaborar para a reabilitação e integração social dos deficientes da audição e da fala, através de educação, formação e encaminhamento profissional e técnico, colaborar com a escola na instalação e manutenção do centro Suvag-Sistema Verbo Tonal e outros congêneres.

Isto posto, apresentamos o projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet, inscrito.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A presença do Sr. Eliseu Rezende, Ministro dos Transportes em nossa Capital no dia de ontem, culminando com a

assinatura de contratos para ligação asfáltica entre municípios do Sudoeste de nosso Estado, coroou de êxito a luta de políticos e da gente sudoestina, que, de longa data, reivindicavam o asfaltamento da ligação Marmeleiro/Barracão.

Até 1982 os dois segmentos das BRs 280 e 373 estarão prontos, integrando o sistema de escoamento de safras via Porto de Paranaguá, às áreas de grande importância econômica como o Sudoeste do Paraná, Noroeste de Santa Catarina e Sudeste da Argentina.

Note-se, também, que além da importância econômica, este empreendimento propiciará um acentuado incremento no fluxo turístico entre Brasil e Argentina.

São muitos os pontos positivos ensejados pela assinatura destes contratos para terraplanagem e pavimentação da ligação rodoviária de 72 km entre Marmeleiro e Barracão.

Após a crise que afetou o setor rodoviário federal nos últimos anos, esta é a primeira grande obra desenvolvida pelo DNER do Paraná, abrindo novas perspectivas quanto a outras reivindicações já apresentadas por nosso Estado às autoridades federais.

Outro ponto positivo a se ressaltar é de que a citada obra exigir, em função de seu traçado, vultosa soma em desapropriações.

Compreendendo o alto significado da estrada, como obra indispensável ao desenvolvimento sócio-econômico da região, os proprietários de terras resolveram doar a faixa de domínio para a construção da rodovia.

Cerca de noventa por cento da estrada serão construídos em terras cedidas pelos proprietários urbanos e rurais da Região Sudoeste.

Sem dúvida este ponto deve ser salientado, pois atesta, de modo inequívoco, a conscientização dos paranaenses do sudoeste para as causas nobres em termos sociais e econômicos.

Esta atitude, verdadeiramente louvável, sensibilizou nossas autoridades estaduais e federais.

Serão investidos cerca de setecentos milhões de cruzeiros inicialmente.

Com retorno garantido e a curto prazo, temos certeza, pois abre alternativas de escoamento de importantes safras de soja, trigo, feijão, arroz, entre outras.

Interliga ao corredor de exportação municípios paranaenses, catarinenses e o Sudeste da Argentina, abrindo perspectivas maiores ao nosso Porto de Paranaguá.

Com esta ligação rodoviária asfaltada, em pouco tempo os Municípios de Marmeleiro, Barracão e Salgado Filho experimentarão um surto de progresso sem precedentes. E o Paraná só tende a ganhar com a interligação com Santa Catarina e com a Argentina.

Em nome da população do Sudoeste de nosso Estado, da classe política que reivindicou e finalmente conseguiu, agradecemos, desta tribuna, ao Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e ao Governo Federal, através do Ministério dos Transportes.

Governar é isto. Estabelecer e executar verdadeiras prioridades."

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

Antes porém, a Mesa registra a presença do Deputado Federal Norton Macedo.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Preliminarmente, o assunto de um requerimento que encaminharemos à Mesa, pedindo informações à Secretaria de Estado da Agricultura, ao Sr. Reinhold Stephanes, baseado no seguinte pedido de informações. (Lê).

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, se encaminhe ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura do Paraná, Sr. Reinhold Stephanes, o seguinte pedido de informações:

1. Se o Estado recebeu e deu curso à solicitação do Governo Federal para que se definam e caracterizem as áreas que devem ser destinadas à produção de cana e outras plantas previstas no Programa Nacional do Alcool;
2. em caso positivo, quais foram os órgãos, entidades e serviços que realizaram ou estão realizando esses estudos e definições, e a previsão do plano final;
3. deseja saber se há empresas, grupos de empresas ou projetos, integrando governo e iniciativa privada nas atividades previstas no Pró-Alcool, e quais são?

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1980.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

O Presidente da Comissão Nacional de Energia, evidenciou em entrevista à imprensa, inúmeras dificuldades para a racionalização do uso de combustíveis no País; o estado incipiente de produções alternativas; e a perplexidade oficial sobre as áreas de plantio que deverão ser implementadas para a produção de álcool e para a produção de alimentos.

O Paraná tem sido apontado como o segundo Estado na formulação de projetos para a produção intensiva de álcool combustível.

Entretanto, até agora não conhecemos quais são as áreas e os projetos que já estão sendo implementados com o apoio do Governo do Paraná, do BADEP e do BRDE.

Seria muito útil que todos os Parlamentares conhecessem as medidas administrativas que prometem dar ao Paraná uma participação decisiva na política de produção alcooleira."

Porque o Presidente da Comissão Nacional de Energia, evidenciou em entrevistas à imprensa, inúmeras dificuldades para racionalização de uso de combustíveis no País, e a grande preocupação é que estão utilizando faixa de terra fértil para o plantio da cana de açúcar, em detrimento de produtos básicos e tradicionais.

Sr. Presidente (Lê):

"O Brasil é a demonstração viva das contradições dos países subdesenvolvidos. É um estágio, e até relativamente sofisticado, de que a injeção de capitais internacionais, a industrialização intensiva, a modernização e mecanização agro-rural a nível nacional.

Temos duas histórias: a real, verdadeira, concreta; e a irreal, ideológica, abstrata.

Na história real do Brasil, conquistamos aos índios, um imenso território habitado por dezenas de nações.

Na história ideológica, "descobrimos uma terra e a civilizamos para o cristianismo".

Na história verdadeira, mandaram soldados para conquistar terras para El-Rei e prear os índios para o trabalho escravo.

Depois, mandaram para cá os marginais de Portugal, os criminosos de toda a espécie para povoar e começar nova vida ao serviço da coroa.

Depois invadimos terras da África, para trazer o negro a uma das mais bárbaras formas de escravidão que se conheceu.

E tudo isso não foi feito com a idéia da construção de uma nação multi-racial que se fosse aculturando num Estado cada vez mais progressista para satisfação de seu povo.

Nesta longa história da colônia do Brasil, dos esforços de independência, do estado semicolonial e o estado dependente, cada período foi caracterizado na história falsa, ideologicamente

dominadora, como aquele do Pau Brasil, dos produtos tropicais, da cana de açúcar, do ouro, prata e pedras preciosas; depois, do café, da erva mate, da madeira, do soja, etc.

Ninguém sabe, pela história falsificada, o que comiam os brasileiros desde os começos. Como se alimentava a força de trabalho. Qual era o modo e o sistema de produção de alimentos. E este é o grande problema da produção, pois sem alimentos ninguém pode produzir, comerciar, exportar.

Que País é este em que até a medida de sua história é a medida das exportações dos agentes da Coroa Portuguesa, dos membros da nobreza de segunda classe, dos latifundiários e da burguesia compradora que nasceu ao final do século passado.

A nação brasileira vivia e se sustentava com o trabalho dos escravos, dos parceiros da gleba, peões do compadrio das fazendas; depois, os ditos "rendeiros"; e mais tarde, com os pequenos proprietários, os posseiros.

Foram estes os produtores da alimentação brasileira; o milho, a farinha de mandioca, o feijão, a abóbora, o charque, os salgados de porco e peixe.

A sustentação do longo e difícil milagre brasileiro foi à base da força desses homens oprimidos e espoliados. Desde a colonização até os dias presentes.

As negociatas, as traições nacionais dos grupos dirigentes, não podem esconder este fato.

O feijão, especialmente, no Sul, o preto; e no Norte-Nordeste, o feijão-de-corda, teve decisivo papel na alimentação de todos os brasileiros.

Foi a alimentação alternativa que, ao lado da farinha de mandioca, permitiu a sobrevivência da força de trabalho necessária à existência nacional. Pode-se mesmo afirmar, que sem feijão, o Brasil não existiria até que fosse "salvo pelo golpe militar de 1964."

Porém, o que está acontecendo com os alimentos neste País? O que está acontecendo com o feijão?

Segundo estimativas da Secretaria da Agricultura, a produção de feijão no Paraná, deverá ficar em torno de 500 a 550 mil toneladas, na safra das águas, o que corresponde a quarenta e cinco por cento de toda a produção brasileira, sendo: 40.000 toneladas em outubro, cerca de 100.000 em novembro, 130.000 em dezembro, 180.000 toneladas em janeiro e uma colheita de aproximadamente 60.000 toneladas em fevereiro.

O Paraná continua sendo o maior produtor brasileiro de feijão, uma vez que a produção no País para 80/81 está calculada em 2 milhões e 600 mil toneladas.

Segundo ainda o Secretário da Agricultura, a partir deste mês, haverá maior disponibilidade de feijão no mercado, mas a escassez só será resolvida com o aumento da produção a nível nacional.

O Presidente do IPARDES, Sr. Rui Neves Ribas, afirmou há algum tempo:

"Apesar da falada supér-safra, a realidade indica que a grande safra 79/80 para o arroz, milho e principalmente o feijão foi praticamente igual a de 1976 quando o Brasil tinha cerca de 110 milhões de habitantes. Hoje temos 120 milhões - dez milhões de bocas a mais para alimentar - e produzimos praticamente a mesma coisa".

Segundo levantamentos feitos por este Parlamentar, a realidade do feijão no Paraná é a seguinte:

1974	
A área de plantio de —	foi de 769.000 hectares
1975	
A produção foi 607.000 toneladas	
A produtividade foi de 750 kg/ha.	
1979	
A área de plantio em —	foi de 907.000 hectares
1980	
A produção (estimativa) em 525.000 toneladas	

A produtividade de 518 kg/ha.

Verificamos que a produtividade caiu em 30,9 por cento em apenas cinco anos.

Embora os problemas climáticos verificados na safra das águas e o desastroso incentivo do plantio das secas, outros motivos são responsáveis pela falta de feijão.

A cada ano a produtividade vem caindo.

Nas safras das águas temos o seguinte:

74/75	75/76	76/77	77/78	78/79	79/80
826kg/ha	726 kg/ha	769 kg/ha	736 kg/ha	699 kg/ha	548 kg/ha

Um fato concreto: a cada ano tira-se menos feijão por hectare e em cinco anos a área plantada com feijão praticamente estacionou.

Em relação à safra de 74/75 o aumento de área girou em torno de treze por cento para o feijão, enquanto o soja teve aumento de trinta e dois por cento.

A cana teve aumento de 25 por cento.

O algodão aumentou 21,9 por cento.

Vamos ver então que, enquanto a população aumentou, a produção de feijão diminuiu.

Por que?

Analisemos as causas:

Quem planta feijão é o pequeno agricultor. O feijoeiro é uma planta característica de pequenas propriedades. O modelo de desenvolvimento adotado veio atender apenas aos grandes interesses. Aquele que antes produzia, hoje é consumidor nos grandes centros urbanos.

O êxodo é a expulsão do pequeno do campo.

Além disso, os investimentos feitos no campo para atender os pequenos produtores, nos parece inexistirem.

Como justificar a falta de produção de sementes, sementes de variedades resistentes às doenças, sementes livres de doenças, sementes com produtividade maior?

A produção de feijão no Paraná, é feita com o plantio de grãos produzidos numa safra para plantio na próxima. Isto afeta a produção, porque os grãos usados como sementes perdem seu potencial genético.

É preciso uma tecnologia branda para atender as necessidades do pequeno e não a parafernália megalomaníaca. É fácil compreender: o País adotou o modelo de trazer coisas prontas de fora. Com isso, desestimula a criatividade nacional.

Enquanto temos uma tecnologia avançadíssima para a soja e por vezes danosa ao País, falta-nos sementê de feijão.

Além da falta de apoio, teve ainda o produtor o impacto dessa política casuística do governo, quando resolveu tabelar o feijão ao preço irreal de Cr\$ 23,00 o quilo, ano passado. O produtor desestimulado deixou de plantar. Hoje o quilo está entre Cr\$ 100,00 e 150,00.

Entendemos que: o povo precisa de feijão. Para tanto nos parece válido um incentivo de plantio para as secas, desde que observadas as condicionantes técnicas,

- 1.- ZONEAMENTO AGRÍCOLA.—
Plantar nos locais certos e nas épocas certas (dezembro-janeiro).
- 2.- PREÇO MÍNIMO REALISTA: —
Cr\$ 2.600,00 a saca de 60 kg.
- 3.- FINANCIAMENTO QUE PERMITA COBRIR O CUSTEIO DE ACORDO COM O CUSTO DE PRODUÇÃO 1 (um) hectare custa hoje de Cr\$ 12.000 a 20.000 dependendo da tecnologia).

Entendemos ainda que só um programa a curto prazo não resolve. Precisamos de uma política agrícola a longo prazo. Desde a proteção da pequena propriedade até a reforma agrária.

Necessitamos de uma política agrícola que preveja recursos para pesquisa e produção de sementes. Além da assistência técnica é preciso entender que não é possível ao agricultor

produzir alimentos baratos, pois ele sofre, como todos sofreremos, o peso dessa inflação que passa de 100 por cento ao ano. Afinal, o produtor compra roupas, sapatos, gasolina, óleo diesel, etc. E a benevolência do Governo para com os grandes grupos, dentro da filosofia do "Plante que o PROAGRO garante", motivou descontentamentos e desvios de verbas como ocorreu com o grupo ABDALA em Porecatu, que teve liberado 14 milhões de cruzeiros pelo plantio e não plantou um pé de feijão.

Dizíamos que o produtor sofre também as consequências da inflação. Vejamos: o arame farpado custava em abril/79 Cr\$ 610,00; em abril/80 foi para Cr\$ 1.860,00, com aumento de duzentos por cento; o fungicida teve um aumento de 102 por cento; o calcário passou de Cr\$ 444,00 para Cr\$... 1.170,00, com aumento de cento e sessenta e cinco por cento; uma enxada que em agosto/79 custava Cr\$ 67,00, em agosto/80 passou a custar Cr\$ 160,00.

O FEIJÃO PRETO.

O País está em vias de, no ano agrícola 80/81 voltar a se defrontar com a falta do produto. Só com a quebra no Paraná a oferta se reduzirá em 27.000 toneladas.

Os outros estados deverão produzir duzentos e cinco mil toneladas de feijão preto, que somadas às 450.000 toneladas (que é previsão realista) do Paraná, somarão 655.000 toneladas.

O consumo anual do Brasil de feijão preto, é de 690 a 720 mil toneladas. Teremos déficit que deverá ser preenchido pela safra das secas, mesmo assim com muitas dificuldades. O Governo deve entender que precisamos de uma política agrícola de abastecimento definida e orientada a médio e longo prazo.

FEIJÃO NO BRASIL

Consumo nacional..... 2,6 milhões toneladas
Produção esperada 80/81 2,45 milhões toneladas
Carência 120 a 140 mil toneladas"

Vamos destacar alguns tópicos de pronunciamentos de nossas autoridades ligadas à área da agricultura.

O Presidente João Baptista Figueiredo, em seu discurso de posse à Presidência da República dizia, num dos trechos de seu discurso que estabelecia diretrizes e bases para o seu Governo: "atenção especial será dada à pesquisa de solos, espécies e sementes, com vistas à incorporação de novas áreas de produção, melhoria do rendimento de terras cultivadas, aumento de produtividade por unidade de área."

Ficou apenas no papel. Reinhold Stephanes, Secretário da Agricultura, discurso de posse: "daremos prioridade ao programa de amparo ao pequeno produtor, inclusive, com a possibilidade de comercialização de outros produtos, além do milho e feijão."

Ele estava certo na comercialização de outros produtos, está aí a soja como grande exemplo. Hoje, plantamos o que não comemos e não plantamos aquilo que colhemos.

Delfim Neto, o ilimitado, num seminário sobre agricultura: "o Governo concedeu prioridade à agricultura, porque ela é o único setor capaz de contribuir decisivamente para solucionar os três problemas mais angustiantes que o País atravessa neste momento: a inflação, o balanço de pagamentos e a crise energética."

Baseados nestes três tópicos de pronunciamentos do Presidente da República, do Secretário da Agricultura do Estado do Paraná e do Senhor Delfim Neto, vamos entender de forma lógica que na prática a teoria efetivamente é outra.

E em função deste problema que está alarmando o Paraná, principalmente sobre a produção do feijão, até ontem um alimento básico indispensável à mesa do trabalhador; hoje o trabalhador não tem acesso ao seu querido feijão. O Paraná pro-

duz e os atacadistas de fora levam para outras fronteiras. E preocupados com esse quadro negro da nossa agricultura, nós estamos enviando um expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, nestes termos: (Lê):

"O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, solicitando que o mesmo tome imediatas e urgentes providências através de mecanismos fiscais e de armazenamento, para assegurar a manutenção de estoques de feijão, especialmente feijão preto, para alimentação dos paranaenses, evitando que praticamente toda a produção do Paraná se destine aos grandes mercados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e que a população do Estado fique - a exemplo do que aconteceu recentemente com o milho - sem condições de adquirir o produto.

Recomenda-se que o Governo, dentro de uma política de abastecimento, fixe uma cota baseada no consumo, garantindo assim o abastecimento interno através da compra junto ao produtor a preço de mercado."

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Fiori Luiz, Vossa Excelência aborda desta tribuna um assunto de grande seriedade.

Entretanto, veja Vossa Excelência, paranaense de velha tradição do Norte do Estado, que o Paraná como um todo se engajou num modelo econômico de produção agrícola que mudou totalmente o panorama e a paisagem da agricultura paranaense.

Uma preocupação muito grande voltada ao mercado exportador e que não levou em consideração exatamente as necessidades fundamentais do povo brasileiro. E quando nós dizemos que há uma alienação cultural do sistema em relação às verdadeiras raízes brasileiras, aqui Vossa Excelência vê que está sendo eliminado um traço cultural específico do nosso povo, em termos de alimentação, que é no caso o feijão.

A procura desesperada de agro-dólares representado pela soja principalmente, veio a ser o grande responsável pela erradicação dos cafezais, que no Norte do Estado do Paraná era, em termos de lavoura, intercalar o grande responsável pelo abastecimento de feijão a nível de Paraná e a nível de Centro-Sul do Brasil, abastecendo tanto o Paraná como São Paulo, Rio e Belo Horizonte.

Entretanto, com esta preocupação de se procurarem agro-dólares, hoje esses dólares que são conquistados em cima do território paranaense deverão depois ser utilizados para a importação de gêneros de primeira necessidade. Então, há uma contradição interna tão grande no modelo econômico brasileiro, no modelo agrícola que se implanta, desestimulando de tal forma o pequeno proprietário rural e que é responsável por 72 por cento de todo o alimento colocado na mesa do brasileiro, que nós estamos entrando praticamente num caminho sem retorno.

Veja Vossa Excelência que esta dependência é tão significativa, que há denúncias seríssimas e feitas inclusive na tribuna da Câmara Federal, pelo Deputado Federal Euclides Scalco, do PMDB do Paraná, no sentido de que as empresas nacionais, que atuam na área de seleção de sementes estão tentando criar obstáculos à distribuição de sementes selecionadas de milho principalmente, de feijão, para evitar que o espaço da soja seja diminuído, seja limitado.

Quando isto acontece, e as autoridades governamentais, estilo Delfim Neto, de Amaury Stábile, de Ernane Galveas etc., ficam girando pelo mundo todo, mas com as costas voltadas para o interior do Brasil, quer me parecer isto, que o panorama

para os próximos anos há de ser no mínimo tenebroso. E faz muito bem Vossa Excelência Deputado Fiori Luiz, quando ocupa esta tribuna para advertir, porque realmente a Queda da Bastilha, a vitória da Revolução Francesa, hoje mostra uma cópia fac-similar aqui no Brasil, quando as autoridades oficiais daquela época, como as autoridades oficiais de hoje, embaladas e engalanadas com os festejos de corte, não se preocupavam com a alimentação básica do povo. E o resultado histórico esteve aí.

E os Delfins da vida, que saibam ao menos entender o risco seríssimo que enfrentam ao estarem com as costas voltadas para as necessidades fundamentais do povo.

Já dizia Cícero que "A fome é má conselheira".

O SR. FIORI LUIZ — O Governo brasileiro, não pode fechar os olhos para uma realidade mundial que é a fome.

Nós citaríamos três países com auto-suficiência de alimentos, para consumo interno e exportação: Argentina, Austrália e Estados Unidos.

O Governo brasileiro deve abrir os olhos, o maior potencial para abastecer o mundo de comida é o Brasil. E hoje, quem ganha a guerra é quem tem comida.

Poderíamos perfeitamente estar trocando a nossa comida pelo petróleo.

É preciso se criar um Ministério dos Alimentos no País. O Brasil tem condições de solo e subsolo para abastecer o mundo, durante 100, 200, 500 anos, de tudo o que se possa imaginar, mas não com esta política entreguista do nosso Governo, com esta política não há mínima possibilidade nem de se coordenar o consumo interno, quanto mais de se pensar em termos de exportação e se criar subsídios.

O Sr. Renato Bernardi — Permita-me só uma observação. As autoridades não querem enxergar que existe uma contradição de interesses entre as necessidades do produtor e a possibilidade do consumidor.

Ora, no preciso momento em que se estabeleça um preço para o produtor, compensador, este preço vai criar uma impossibilidade do consumidor. E o Brasil é um dos poucos países, de porte continental que com o orçamento que tem, não tem qualquer tipo de preocupação com o subsídio da alimentação; subsidia, isto sim, empréstimos para as empresas multinacionais...

O SR. FIORI LUIZ — Mas o subsídio, nobre Deputado, com a reforma agrária, são palavras proibidas pelo nosso Governo.

Eles entendem subsídio aliando-o a socialismo, a comunismo.

O Sr. Renato Bernardi — ... subsidia o trigo porque faz o jogo do Grupo Ban e Born; subsidia empréstimos para determinadas empresas multinacionais, mas se esquece de subsidiar o fundamental, que é a alimentação de um povo que hoje tem 43.000.000 de indivíduos à margem do processo social-econômico e cultural brasileiro.

Agradeço o aparte.

O SR. FIORI LUIZ — Agora o Governo deve saber, Sr. Presidente, de que tanto Figueiredo como Delfim anunciaram que iriam encher a panela do povo, mas a caminhar por estes dias negros da história brasileira, da sua economia, o povo, mais cedo ou mais tarde, o próprio povo vai encher a sua panela.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

O tema realmente é dos mais importantes, e Vossa Exce-

lência está de parabéns pela maneira como está conduzindo o seu pronunciamento, e evidencia toda uma realidade brasileira.

Hoje a agricultura, neste País, tem que salvar o caos da divisa, o problema da dívida externa. A agricultura deve salvar, portanto, o País, da sua dívida.

A agricultura deve salvar também o Brasil, como alternativa energética, via cana, pró-álcool ou outras coisas.

E além disso - e até me parece que é nesta prioridade que a coisa é colocada em último lugar, a agricultura tem que salvar a mesa do brasileiro, tem que produzir para o brasileiro se alimentar.

Entendemos que hoje deveríamos estar questionando: "e quem é que salvará a agricultura do Brasil?"

Ela deverá salvar estes três aspectos, numa ordem que, para nós já é absurda, que exatamente deveria ser o inverso: primeiro, a alimentação, a subsistência, a produção alimentícia.

É esse desvio absurdo que cria todo um desequilíbrio na vida da Nação, e faz com que este País tenha uma das coisas mais trágicas que é ver uma pessoa morrer numa fila, de enfarte, na expectativa de adquirir um produto secularmente vinculado à nossa mesa alimentar; de vermos o cassete e a bomba de gás lacrimogênio segurar a família, a mãe, a filha, o filho, que também estão nos quarteirões fazendo filas, para, numa cidade como o Rio de Janeiro, tentar alguns grãos desse precioso produto, tão característico nosso.

Mas a coisa está muito clara:— nos últimos dez anos a produção de feijão no Brasil foi de dez mil toneladas. Nesse mesmo período a soja foi de dezesseis milhões de toneladas a sua produtividade, a sua produção, o seu potencial produtivo.

No mesmo período, em dez anos, saímos praticamente de um milhão de toneladas de soja para dezesseis milhões, e do feijão estamos há dez anos com a mesma produção.

É óbvio que isso traduz a linha política do Governo, dentro do seu plano econômico, no seu aspecto agrícola está aí traduzida a agricultura de exportação, a agricultura agora como alternativa energética, e, em último lugar, para dar comida ao brasileiro.

Até quando?

Hoje são as filas, a bomba de gás lacrimogênio, hoje são as violências para conter aqueles que procuram buscar este produto tão escasso.

Amanhã, talvez, se ampliarão ainda mais os índices de violência na área urbana e rural, exatamente porque uma coisa está ligada à outra.

Expulsa-se o homem do campo, expulsa-se o pequeno que produz, expulsa-se realmente aquele que faz a agricultura de subsistência, que vende o excedente, para dar lugar à produção de exportação.

E a coisa é tão trágica, tão incoerente, que nós temos, por exemplo, como é o Oeste do Paraná, com uma alta produção de soja, e vendemos essa soja para a Europa, para alimentar as vacas, para depois importamos leite em pó como fizemos no mês de setembro, 50.000 toneladas de importação de leite em pó produzido por vacas alimentadas com a soja do Paraná.

Este é o retrato em preto e branco do delfinismo, do caos econômico, político e social que este País foi levado por um regime de um capitalismo selvagem, que criou tudo menos a felicidade deste povo.

Obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Era isto, Sr. Presidente.—
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No horário reservado ao PMDB, consulto à Liderança se deseja fazer

uso da palavra.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, usará da palavra o Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de agradecer a gentileza da Liderança do meu Partido — uma vez que não me foi possível usar da palavra no Pequeno Expediente, conforme inscrição — por me ter permitido fazer uso da palavra neste instante.

Desejo apresentar um requerimento assinado por mim e pelo Deputado Nelson Friedrich, complementando o nosso requerimento de ontem, no qual estamos solicitando, ao Sr. Governador do Estado, o imediato afastamento do Prefeito Luiz Bonatto, de Medianeira, para que possa, assim livre, ou longe de usar o seu mandato, responder às inúmeras acusações de envolvimento de corrupção e arbitrariedades, conforme cópias comprobatórias que estamos remetendo em anexo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, já quase cansados de tanto denunciar, aqui desta tribuna, as falcatriuas dos donatários biônicos do Oeste do Paraná.

Talvez seja Luiz Bonatto o exemplo típico — como já dizíamos ontem — desses donatários.

Ontem, dizíamos nesta Casa, que aqui não se faz mais segredo de tudo o que se sabe a respeito das corrupções praticadas em Medianeira, por aquela administração.

Depois de termos debatido durante uma hora, ontem, devemos dizer que ainda não se esgotou, ainda temos mais. Se fizermos uma comissão de inquérito para verificar — talvez não só em Medianeira, mas em toda a área de segurança do Paraná, talvez tivéssemos assunto para discutir um ano.

Mas, não é isso que queremos. Estamos pedindo, e quase implorando, medidas que só podem ser tomadas pelos diretamente responsáveis pela nomeação de prefeitos desse quilate.

Medianeira continua sucumbida no sistema de terror. E para não dizer que é somente este Parlamentar ou somente os Parlamentares da Oposição que dizem isso, trago aqui e passo a ler um testemunho de uma das vítimas e que, inclusive, está representando contra Luiz Bonatto, na Justiça, o Sr. Célio Evangelista Ferreira, ex-Diretor do jornal "FOZ - HOJE".

Diz ele: "Medianeira está sob um sistema de terror montado da seguinte forma:

"O Advogado Benhur Bilgiardi, foi o primeiro advogado na judicatura. do Juiz Olivar Coneglian, a apresentar uma queixa-crime contra Luiz Bonatto e Orlando Kulkamp, tendo presente Inquérito Policial hábil à apresentação de denúncia que não foi feita pelo Promotor da Comarca.

Como represália, este advogado sofreu uma ação criminal que lhe valeu o fechamento do seu escritório naquela comarca, totalmente infundada, porquanto o egrégio Tribunal de Alçada mandou trancar por "habéas-corpus".

Em compensação, esse advogado não teve mais nenhuma ação despachada pelo Juiz Olivar Coneglian, da Comarca, que faz às vezes a jogada do Prefeito.

Outro advogado, José Antônio Fonseca, que promoveu ação popular contra Luiz Bonatto, também vem sofrendo discriminação de toda ordem, inclusive o Promotor Saul Ramon Pereira e o Juiz Olivar Coneglian pretenderam envolvê-lo num processo criminal escandaloso, com o título de arruiná-lo como fizeram com o Advogado Benhur Bilgiardi.

Igual tratamento vem sendo dado ao advogado Adolfo Mariano da Costa, que já sofreu arbitrariedades de Luiz Bonatto uma cassação reabilitado pela Justiça, o qual, além de ser um dos mais fortes baluartes contra o sistema do poder Bonatto no município, é ainda o Vereador mais combativo da Câmara.

Todos estes acabam de ingressar na Corregedoria Geral da Justiça, com representação contra o Juiz, como também contra o maior responsável, o comandante de todo esse sistema,

que é Luiz Bonatto.

Valendo-se do comando político e de suas discutíveis vitórias eleitorais nas convenções partidárias do município, onde tem lutado durante 12 anos de vida partidária contra o seu próprio Partido, antiga ARENA, e hoje PDS, aterroriza a todos, e disso é testemunha o nobre Deputado Tércio Albuquerque.

Mas, o fato a ser levado em consideração, é que nós, do PMDB, não deveríamos estar pedindo o afastamento, porque esses atos nos têm beneficiado de eleição em eleição.

O PMDB em Medianeira só tem chance de crescer, enquanto lá estiver Luiz Bonatto.

Mas, não nos interessa apenas o processo eleitoral.

Estamos, acima de tudo, interessados com um povo de 70 mil habitantes, submetidos a um clima de terror. E é por isso que trazemos as denúncias. É por isso que, em nosso requerimento, pedimos o afastamento daquele donatário.

Mas, continua o nobre Senhor Célio Evangelista Ferreira, sob o título: "As últimas de Bonatto".

Pagou os honorários dos defensores seus e de seus correligionários na ação popular que respondia, a importância de 260 mil cruzeiros com verbas dos cofres da Prefeitura.

Também no carnaval de 1980, o seu filho, em companhia de Sérgio Fiorenzi, tombou um veículo no município, e ao ser interpelado pela Câmara acerca dos danos, quem os pagaria e que tipo de responsabilização do culpado foi empreendida, Luiz Bonatto simplesmente respondeu que quem pagaria os danos era o tesouro municipal que não fez licitação da tomada de preço e que nem instaurou sindicância. Claro, tratava-se de seu filho, o qual é funcionário da Prefeitura também, nas horas de folga do carnaval.

Quanto a uma verba de 800 mil cruzeiros que Luiz Bonatto autorizou à TRANSPARANÁ S/A levantar junto ao BANESTADO do crédito do ICM do Município, dizendo que tinha autorização da Câmara para tanto. O Presidente da Câmara, Orlando Kulkamp, seu aliado em alguns momentos, forneceu uma declaração na Ação Popular 401/79, esclarecendo que a Câmara não deu autorização e nem sequer aprovou o seu projeto de lei neste sentido, um projeto de lei que lhe autoriza uma verba de dois milhões de cruzeiros, para asfaltar ruas de empresas de Medianeira, recusando-se a esclarecer à Câmara quais seriam essas empresas.

O Projeto LEASING, que a Câmara também aprovou em regime de urgência, e sob a presença de Bonatto na Câmara, aliás comportamento que tem repetido, sempre que quer um projeto seu aprovado, ele pessoalmente vai cobrar de cada comandado seu voto, assistindo a sessão da Câmara, compromete o município pelo prazo de cinco anos, numa dívida de seiscentos mil cruzeiros mensais a ser paga com juros e correção monetária, em contratos de locações de maquinários para execução dos serviços do município.

No final do prazo, a Prefeitura fica ainda obrigada a indenizar o maquinário que as firmas empreiteiras empregaram nos serviços.

Consta que os beneficiários seriam vereadores da ala de Bonatto.

Finalizando, pouco há para ser declarado, face ao volume de responsabilizações penais e civis que Bonatto responde com respeito à sua administração ao longo desses doze anos, nos quais, praticamente, o município faliu, deixando-o a ponto de não ter sequer poder para renovar o seu parque de máquinas.

Assim, bastaria que se requisitassem os feitos que aqui são referidos junto à Justiça, com todo o seu bojo instrutório e ter-se-ia assim, o retrato mais autêntico da administração Luiz Bonatto e do estado a que foi levado respectivamente o Poder Municipal de Medianeira.

Não resta portanto, mais dúvida nenhuma, ou o Governador Ney Braga com o apoio da bancada do PDS, que

solenemente peço neste momento ao nosso requerimento, afasta para o bem não só do povo mas para o bem de todo o Paraná, porque são administrações assim que envergonham inclusive o povo de nosso Estado. Basta o apoio que, neste momento peço, e basta a boa vontade de um Governador do Estado para que o povo de Medianeira seja justificado com o afastamento de Luiz Bonatto, cargo que ocupa há 12 anos e sem a devida honradez que deveria ter para ocupar esse cargo.

Eu agradeço, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Consulto à Liderança do Partido Popular. — (Declina).

Consulto à Liderança do P.T.B. — (Declina).

Consulto à Liderança do P.D.S. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência, se possível mandar proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados para contatação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Responderam a chamada nominal 43 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 48/80, que altera os Cargos de Provimento em Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 48/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Os cargos de provimento em comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder, atualmente pertencentes à Simbologia Geral "DAS-4", passam a pertencer à Simbologia "DAS-3".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 45/80, que denomina de Professor Aristeu Costa Pinto a unidade escolar implantada no Conjunto Residencial Monteiro Lobato, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 45/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada "ESCOLA PROFESSOR ARISTEU COSTA PINTO", a Unidade Escolar Implantada no

Conjunto Residencial Monteiro Lobato, no Município de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 76/80, que declara de utilidade pública o "Centro Cultural e Social São Francisco Xavier", com sede e foro na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 76/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO CULTURAL E SOCIAL SÃO FRANCISCO XAVIER, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 78/80, (Mens. Govern. n.º 37/80), que denomina "Governador Bento Munhoz da Rocha Neto", a Usina Hidrelétrica Foz do Areia", da Companhia Paranaense de Energia - COPEL. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 78/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada "GOVERNADOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO" a Usina Hidrelétrica Foz do Areia, da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 87/80, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Professores da Escola Conselheiro Carrão", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 87/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA CONSELHEIRO CARRÃO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/80, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a "Associação Benficiente dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Paraná". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 84/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilida-

de pública a "Casa do Professor Primário do Paraná, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102/80, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo doar, ao Município de União da Vitória o lote de terreno urbano, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade.— **Aprovado pela Emenda Substitutiva.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 59/80), que aprova Proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1.981/83.— **Aprovado.**

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 123/80, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o prejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

24 Srs. Deputados o aprovam;

14 Srs. Deputados o rejeitam.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/80, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de utilidade pública o "Centro Social Nossa Senhora Aparecida", com sede e foro no Município de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 10/80), que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, o imóvel Gleba 2 — 4a. Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus legítimos ocupantes. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.T.I.C., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado pela Emenda Substitutiva, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 137/80, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 60/80), que estabelece limites autorizativos para contratação de empréstimos a projeto especial, pela administração direta e indireta do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Diz, a apresentação do Projeto de Lei n.º 137/80, sobre a implantação do PRÓ-RURAL, Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, que o homem em suas diferentes dimensões e aspirações tem sido considerado o objetivo maior do Planejamento Brasileiro, com especial atenção àquele que vive nas áreas rurais.

Diz mais que o Paraná com pouco mais de 2,3 por cento do território brasileiro, é realmente responsável por cerca de um quarto da produção agrícola nacional.

No entanto, parte da população rural paranaense enfren-

ta precárias condições sociais e econômicas, apresentando um contraste dos mais contrangedores, quando comparada com outras áreas de maior dinamismo econômico.

Desta maneira, existem no Estado do Paraná verdadeiros "bolsões de Pobreza."

E aqui cabe a primeira observação, pois jamais vimos qualquer interesse do Governo Central em resolver os problemas da grande massa humana que habita o meio rural em nosso País, e nesta Casa inclusive, fizemos um requerimento, o qual foi aprovado pela maioria esmagadora, que solicitava do Sr. Presidente da República a demissão do Ministro Amaury Stábile, da Agricultura, pela sua incompetência, frente aquele Ministério que trata com exclusividade dos problemas do meio rural brasileiro, e nosso pedido, temos certeza, foi referendado por milhares de brasileiros que não suportam mais as agruras impostas pelo poder discricionário dos atuais mandatários que nada fazem não só no campo, mas nada fazem a todos os brasileiros, que se veem esmagados cada dia, pois nesta País o rico, torna-se classe média, o classe média em pobre e este em miserável e, estão aí os "milhares de bóias-frias" a referendar o que estamos afirmando, os quais não têm nem esperanças de viver no campo, e vem inchar as cidades formando favelas ou perambulando pelas ruas sem ter uma solução para seus angustiantes problemas, onde o principal é a própria sobrevivência.

Este é o quadro geral de um País que entrega todas as suas riquezas aos estrangeiros e mata num sufoco generalizado os filhos da própria terra, os quais fazem o enriquecimento do País, estão aí os projetos JARI, JICA e tantos outros, que representam a entrega total de nossas riquezas a grupos que só vêm ao Brasil, para sugar nossa economia e depauperar cada vez mais, os recursos parcos do povo brasileiro, passando inclusive a sua escravização.

No Estado do Paraná a situação não poderia ser diferente ao geral citado, pois aqui onde se diz que "a meta prioritária é o homem", nada se faz e se fez de concreto para que isso ocorra, e hoje o Estado do Paraná que mais produz para a Nação brasileira, é aquele que está com os maiores problemas sociais vividos em todos os tempos, estão aí as greves da construção civil, dos professores, dos metalúrgicos, da polícia civil, a mostrar aos tecnocratas deste Estado "dirigidos pelo Governador Ney Braga o qual quer ser o Presidente da República", da sua insatisfação, pelo tratamento recebido e pelo não atendimento às suas justas reivindicações.

E, é esse Governador que envia a esta Casa mais um projeto, o qual a nosso ver será usado politicamente para que o mesmo alcance seus objetivos, os quais consideramos inaceitáveis como iremos demonstrar no decorrer deste pronunciamento.

Diz mais a apresentação do projeto que o Governo do Estado se propõe a corrigir os desequilíbrios regionais e coloca como prioridade as Sub-Regiões do Litoral, Alto Ribeira, Alto e Médio Iguaçu, Alto e Médio Tibagi e alguns municípios da Região Metropolitana de Curitiba, por serem de colonização mais antiga e de agricultura tradicional, não possuem o dinamismo das regiões Norte e Sudoeste do Estado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esquece o Governo do Estado que os problemas não estão somente nas regiões citadas, muito pelo contrário, estão em todo o Estado do Paraná, e a comprovar o que dizemos, somente na Micro-Região de Campo Mourão, existem aproximadamente mais de 20.000 "bóias-frias", os quais vivem em situação de completa penúria e abandono por parte dos órgãos governamentais.

São eles, talvez, para a atual administração do Estado, párias da sociedade? Não estão eles no contexto de valorização do homem? Quais as razões da presente discriminação? Não é talvez o problema político, que aflige o atual Governo, pois tanto a região Norte, como o Sudoeste jamais avalizariam

qualquer pretensão política do atual Governador em eleições futuras? Ficam aí as perguntas.

Deixando de lado o nosso inconformismo pelo não atendimento da região que aqui representamos pelo atual Governo e outras regiões não menos carentes que o projeto pretende atender, vamos aqui expor o nosso pensamento, tomando didaticamente a seqüência normal com que se apresentou o mesmo para esta Casa, sendo assim analisaremos aqui e agora a JUSTIFICATIVA TÉCNICA, OS OBJETIVOS E A ESTRATÉGIA DE AÇÃO.

Justificou-se a prioridade para o atendimento da região em tela, dado a distância que a mesma tem das outras áreas, quanto ao desempenho econômico e os indicadores de natureza social, e, afirmou-se que o Governo em nosso Estado dá ênfase ao setor agropecuário, por ser o mesmo fator de repercussão social e fonte de geração do produto regional.

Lamentamos profundamente que somente agora o Governo veja a real situação que se encontra o pequeno produtor rural, o "João sem Terra" da vida, pois isso não é fato novo nem no Brasil, e em especial em nosso Estado.

Qualquer posicionamento com relação ao problema não carece de melhor estudo para que se constate essa triste realidade.

Urge que se faça de imediato não um Pró-Rural, mas a "reforma agrária radical", onde o homem fixe-se definitivamente na terra, para melhoria de sua qualidade de vida, evitando-se assim as migrações dos mesmos aos centros urbanos.

E note-se neste aspecto o esvaziamento do Estado do Paraná, que a cada dia vê diminuir sua população, pois dos 10 milhões estimados, o Paraná não chegará a 8 milhões, demonstrando a insatisfação dos mesmos pelo Estado.

A posse definitiva da terra deve permitir ao homem que nela trabalha, o direito de exercer suas atividades livremente, o que é impossível no atual sistema onde ele é um mero fornecedor de mão-de-obra, quer como posseiro, arrendatário ou outras formas.

A pretensão do projeto visa o que afirmamos, mas não poderemos crer de forma nenhuma que atinja os objetivos a que se propõe, pois o mesmo já veio com finalidade inócua a esta Casa, quando se solicita empréstimo de milhares de dólares para sua execução e se cria organismos para que o empréstimo seja consumido, sem o devido interesse social do referido projeto.

A tecnocracia mais uma vez se viu beneficiada com o projeto, pois vejamos: — milhares de páginas foram descritas, números foram amontoados e não se chega a uma conclusão alvareira, pois o montante para a administração do projeto será maior do que o realmente aplicado para solucionar o problema do pequeno agricultor, que não tem terra e espera a solução para o seu problema.

Está previsto para sua consecução em 4 anos a importância de Cr\$ 8.943.365,00 (oito bilhões e novecentos e quarenta e três milhões e trezentos e sessenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros), o que representa em dólares a quantia de US\$... 176.015.900, sendo que o dólar foi cotado em Cr\$ 50,61 (cinquenta cruzeiros e sessenta e um centavos), considerando o dólar ao preço de hoje, isto é a Cr\$ 60,62 (sessenta cruzeiros e sessenta e dois centavos), já está o projeto defasado em vinte por cento, mas analisamos como ele foi apresentado a esta Casa:

SUB-PROJETOS PRODUTIVOS

Os sub-projetos produtivos preveem uma aplicação da ordem de Cr\$ 2.799.963.300,00 (dois bilhões, setecentos e noventa e nove milhões, novecentos e sessenta e três mil e trezentos cruzeiros) em 4 anos, divididos nos seguintes itens:

POSSE E USO DA TERRA.

Fala-se em posse da terra, mas não se aceita a mínima

discussão em torno da "reforma agrária", única solução viável para o problema agrícola brasileiro, e para a fixação do homem no seu "habitat", trazendo daí para o País os benefícios de há muito desejados.

Os conflitos gerados pela falta de regularidade fundiária são e sempre foram, um problema que o próprio Estado criou e que hoje não consegue contornar, pois acima de tudo não há interesse na referida solução e temos certeza que não será um projeto como o que aqui se discute que virá trazer a solução desejada.

Do total a ser aplicado nos sub-projetos produtivos, Cr\$ 302.962.200,00 (trezentos e dois milhões, novecentos e sessenta e dois mil e duzentos cruzeiros) serão aplicados para a regularização da posse e uso da terra durante o período de 4 anos, sendo que no primeiro ano será aplicado Cr\$... 63.897.100,00 (sessenta e três milhões, oitocentos e noventa e sete mil e cem cruzeiros), os quais se destinarão à regularização fundiária, engenharia e cartografia e recursos naturais renováveis.

No segundo ano serão aplicados para os mesmos objetivos a importância de Cr\$ 104.178.700,00 (cento e quatro milhões, cento e setenta e oito mil e setecentos cruzeiros), aqui é que se prende a nossa análise, isto é, o alto interesse político na aplicação dos recursos, haja vista ser 1982, ano eleitoral, onde se renovarão os poderes executivos municipais e estaduais e as assembleias legislativas, daí a aplicação do maior montante nesse ano, como fonte geradora de votos para que se perpetue no poder a clã que de há muito castiga seriamente o povo paranaense.

Quem garantirá que o custo dos investimentos serão aproveitados para melhorar a situação dos ruralistas da área do projeto ou se servirão somente para vender uma imagem hoje ofuscada do Sr. Governador do Estado. E tanto isso é verdadeiro, que nos anos de 1983 se aplicará apenas a importância de Cr\$ 68.768.500,00 (sessenta e oito milhões, setecentos e sessenta e oito mil e quinhentos cruzeiros) e em 1984 a importância de Cr\$ 66.117.900,00 (sessenta e seis milhões, cento e dezessete mil e novecentos cruzeiros).

Diz o Governo do Estado do Paraná que fará a regularização de cinquenta e oito por cento da área que totaliza 6.502.000 ha. o que representa um total de 3.782.333 ha., área esta que é problema de litígio atual, mas aqui cabe a pergunta, por que o Estado regularizar a situação? Por que o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão competente para solver os problemas dessa natureza? Já não basta as transferências obrigatórias que o Estado tem que fazer à União, por que criar mais um encargo o qual não nos compete?

Ou servirá o projeto para justificar os gastos com engenharia cartográfica, aerofotogrametria, desenhos cartográficos, plantas, reflorestamento e fiscalização os quais usarão mão-de-obra especializada e atualmente supervalorizada, que deixarão o Estado em pior situação econômica do que no momento atravessa.

A falta de bom relacionamento entre o Estado do Paraná e o Governo Federal mais uma vez fica aqui evidenciado, pois se gastarão milhões de cruzeiros onerando os cofres do Estado, quando se deveria buscar soluções na esfera Federal, que é o único responsável pela atual situação quanto ao uso e posse da terra, através de seus órgãos competentes, fica também demonstrado que o Estado do Paraná está desprestigiado pelo Poder Central, apesar de ser um dos Estados que mais contribui para a Receita do País.

Para demonstrarmos aos Srs. Deputados que ao INCRA está destinado esse tipo de atendimento, citaremos os projetos PIC OCOI n.º 1 e 2, que atendeu as necessidades do deslocamento dos posseiros do Parque Nacional do Iguaçu e ainda podemos citar os projetos PIC IGUATEMI e SETE QUEDAS

em Mato Grosso do Sul, JIPARANA em Rondonia, PIC SARANDI no Rio Grande do Sul e os de ALTAMIRA E MARABÁ no Estado do Pará, não se falando de projetos fundiários e de assentamento que o órgão vem desenvolvendo em todo o País.

A nosso ver então resta ao Estado do Paraná buscar como fonte de recursos o próprio INCRA e não ficar com o ônus da execução do presente projeto, pois além de usar recursos de Governo Federal, teria por parte do INCRA, não só a assistência financeira, mas técnica e a indiscutível experiência, o que faria o projeto se desenvolver dentro de uma maior agilização e com melhores resultados para os agricultores da região que com ele se beneficiará.

PESQUISA AGROPECUÁRIA:

A pesquisa agropecuária terá como entidade executora o IAPAR, Fundação do Instituto Agrônômico do Paraná, e, tem como objetivo central o aumento da renda dos pequenos produtores da região beneficiada com o projeto.

Para que isso seja concretizado prevê o projeto a aplicação de recursos durante quatro anos da ordem de Cr\$... 334.150.000,00 (trezentos e trinta e quatro milhões, cento e cinquenta mil cruzeiros), mas o que nós estranhamos é que do total acima será aplicado quarenta e oito por cento isto é, 114.050.000,00 (cento e quatorze milhões, cinquenta mil cruzeiros) em investimentos e cinquenta e dois por cento, Cr\$ 220.100.000,00 (duzentos e vinte milhões e cem mil cruzeiros) em despesa de custeio, principalmente em pessoal, o que por certo gerará o empreguismo, haja vista que no ano de 1982, ano político brasileiro, serão aplicados Cr\$... 110.880.000,00 (cento e dez milhões, oitocentos e oitenta mil cruzeiros) o que representa 33,18 por cento do total a ser aplicado, ficando os restantes 66,82 por cento para o primeiro, terceiro e quarto ano de execução do projeto.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Caberá à EMATER-ACARPA, executar o projeto de assistência técnica e extensão rural, mas quanto a aplicação, também aqui não se fugirá a regra, pois se gastará do total a ser aplicado nos quatro anos que é de Cr\$ 613.272.500,00 (seiscentos e treze milhões, duzentos e setenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) 90,54 por cento em pessoal, perfazendo um total de Cr\$ 555.251.200,00 (quinhentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e um mil e duzentos cruzeiros) e os restantes 9,46 por cento ou Cr\$ 8.812.000,00 (oito milhões, oitocentos e doze mil cruzeiros) para a ampliação de escritórios regionais, somados com os Cr\$... 49.209.000,00 (quarenta e nove milhões, duzentos e nove mil cruzeiros) em aquisição de veículos.

FOMENTO AGROPECUÁRIO

A executora do subprojeto fomento agropecuário será a Café do Paraná, a qual presta serviços hoje de motomecanização agrícola, produz sementes e as comercializa e revende insumos agropecuários.

Para essa execução foi prevista a aplicação do montante de Cr\$ 654.713.000,00 (seiscentos e cinquenta e quatro milhões e setecentos e treze mil cruzeiros) em quatro anos, dois quais Cr\$ 467.434.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete milhões e quatrocentos e trinta e quatro mil cruzeiros) serão aplicados no mesmo período em Motomecanização, Cr\$ 161.249.000,00 (cento e sessenta e um milhões e duzentos e quarenta e nove mil cruzeiros) em insumos agropecuários e Cr\$ 26.030.000,00 (vinte e seis milhões e trinta mil cruzeiros) em pesca artesanal.

Analisaremos aqui somente no que concerne a importância destinada a insumos agropecuários, a qual em nosso entendimento já nasce defasada, pois bem sabemos que atualmente

os preços dos mesmos são escorchantes e com o que se pretende aplicar, jamais se colocará ao alcance do produtor rural da área a ser atendida, os insumos necessários para que o mesmo tenha melhoria em sua produção.

Quanto a pesca artesanal, o estímulo também não nos parece o que melhor atende os pescadores da região litorânea, pois os mesmos necessitam é de melhores padrões de vida, e de instrumentos para a realização da mesma e não da industrialização do gelo e sua comercialização, pois não adiantaria melhorar essas condições, se não melhorar a sua condição que permite que ele traga o pescado para essas finalidades.

ARMAZENAGEM COLETORA:

O Paraná é um Estado que se orgulha e muito de sua rede armazenadora, sendo o segundo Estado da Federação em números de unidades armazenadoras, com 3.504 unidades, o que representa vinte e seis por cento do total de unidades brasileiras.

Estão aí a comprovar os Armazéns Gerais Ferroviários-AGEF, a COPASA, Companhia Paranaense de Armazéns, a CIBRAZEM, Companhia Brasileira de Armazenagem, o IBC, Instituto Brasileiro do Café, a fora as Cooperativas e uma gama de armazéns particulares que veem suprimindo as necessidades atuais de nosso Estado.

O mesmo se pode dizer da rede coletora, o de termos a destacar o Rodo-Trem, transporte quase que oficial, e centenas de transportadoras particulares, além dos transportadores autônomos que colaboram decisivamente para a eficiência da rede coletora em nosso Estado, e podemos afirmar, suprem hoje as necessidades da agricultura paranaense.

Mas o atual subprojeto previu para incremento dessa atividade a importância de Cr\$ 378.002.000,00 (trezentos e setenta e oito milhões e dois mil cruzeiros) os quais serão aplicados também em 4 anos.

Desse total Cr\$ 335.080.000,00 (trezentos e trinta e cinco milhões e oitenta mil cruzeiros) serão aplicados para a instalação de Unidades Armazenadoras de Cândido de Abreu, Cerro Azul, Jaguariaíva, Mallet, Ortigueira, Quitandinha, São Mateus do Sul e União da Vitória, e ainda na aquisição de oito caminhões que serão usados na coleta e escoamento dos produtos armazenados, além de equipamentos e instalações nas referidas unidades armazenadoras.

Aplicar-se-á também a importância de Cr\$ 17.992.000,00 (dezessete milhões, novecentos e noventa e dois mil cruzeiros) na aquisição de terrenos, e Cr\$ 4.930.000,00 (quatro milhões, novecentos e trinta mil cruzeiros) em Capital de giro.

O que mais nos preocupa quanto a esse subprojeto é o ônus que o mesmo trará ao Estado, pois se a executora será a COPASA, porque não se ampliar os recursos da Secretaria da Agricultura, e que se execute os meus objetivos sem a necessária aprovação do projeto em tela.

CLASSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

A executora deste subprojeto será a CLASPAR, Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, tendo como objetivo a classificação e respectiva fiscalização da produção de origem vegetal para fins de comercialização interna.

A meta a ser atingida durante os 4 anos é a classificação de 710.490 toneladas de produtos agrícolas, para isso será aplicado no mesmo período a importância de Cr\$... 34.632.500,00 (trinta e quatro milhões, seiscentos e trinta e dois mil e quinhentos cruzeiros), os quais serão distribuídos da seguinte forma: Cr\$ 3.380.000,00 (três milhões, trezentos e oitenta mil cruzeiros) em equipamentos, materiais, veículos e treinamentos e os restantes Cr\$ 31.252.500,00 (trinta e um milhões, duzentos e cinquenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) em despesas de custeio.

É nosso entendimento que o custo será altíssimo dado

o número de toneladas a serem classificadas e a defazagem da importância ora prevista, se considerarmos a espiral inflacionária que o País viverá nos próximos 4 anos, dentro da atual política econômica brasileira.

APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DE HORTIGRANGEIROS:

Quanto ao comércio de hortigrangeiros será aplicado a importância total de Cr\$ 173.471.100,00 (cento e setenta e três milhões, quatrocentos e setenta e um mil e cem cruzeiros) nos 4 anos, sendo que destes, Cr\$ 119.300.800,00 (cento e dezenove milhões, trezentos mil e oitocentos cruzeiros) serão aplicados na comercialização, incluindo-se neste valor a ampliação do CEASA/Pr. localizado em Curitiba, Cr\$... 45.217.600,00 (quarenta e cinco milhões, duzentos e dezesseis mil e seiscentos cruzeiros) na implantação do núcleo de produção, Cr\$ 6.361.000,00 (seis milhões, trezentos e sessenta e um mil cruzeiros) no entreposto de Ponta Grossa e Cr\$ 2.591.600,00 (dois milhões, quinhentos e noventa e um mil e seiscentos cruzeiros) em equipamentos de comunicação.

Aqui no nosso entendimento se subestimou a produção, dando-se ênfase à comercialização, o que por certo prejudicará o pequeno produtor rural. Mais uma vez tenta-se transferir os encargos do Governo Federal a um Estado depauperado, pois quem deveria se preocupar com a ampliação do CEASA/Pr., seria a COBAL, órgão este do Ministério da Agricultura e não o Estado do Paraná.

POIO AO COOPERATIVISMO:

Apoio ao cooperativismo registra no cronograma de desembolso durante os quatro anos de execução do projeto, a importância de Cr\$ 308.760.000,00 (trezentos e oito milhões, setecentos e sessenta mil cruzeiros), os quais estão distribuídos da seguinte forma: Mista Bom Jesus, Cr\$... 63.620.000,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e vinte mil cruzeiros); Agrícola de Itati, Cr\$ 88.940.000,00 (oitenta e oito milhões, novecentos e quarenta mil cruzeiros); Laticínios de Curitiba, Cr\$ 58.120.000,00 (cinquenta e oito milhões, cento e vinte mil cruzeiros) e Hortigrangeiros de Morretes (a ser transformada em cooperativa) Cr\$ 9.900.000,00 (nove milhões e novecentos mil cruzeiros).

Mas não podemos concordar com a aplicação desse montante haja vista que é do conhecimento de todos que a sobrevivência do cooperativismo brasileiro, está ligado diretamente com a participação econômica dos cooprados, os quais fazem com suas economias o crescimento desse cooperativismo, fazendo inclusive, que certas cooperativas se capitalizem de tal forma que se tornam monopolizadora de quase todo o mercado produtor e consumidor de muitas cidades, arriscando-se inclusive a majestosos projetos, como os de colonização e outros, como foi o caso da "COTRIGUAÇU", que tanto discutimos nesta Casa, na CPI do cooperativismo.

SUBPROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA

Nos subprojetos de infra-estrutura aplicar-se-á a importância total de Cr\$ 2.044.496.000,00 (dois bilhões, quarenta e quatro milhões e quatrocentos e noventa e seis mil cruzeiros) nos quatro anos, não sendo cansativo aqui se repetir que a maior parcela da aplicação se dará em 1982, ano político, representando essa aplicação o valor de Cr\$ 748.599.000,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e noventa e nove mil cruzeiros), o que representa 36,61 do total dos subprojetos de infra-estrutura.

Divide-se esta aplicação da seguinte forma:

ABERTURA E MELHORIA DE ESTRADAS

A entidade executora que se incumbirá da aplicação de Cr\$ 1.564.900.000,00 (um bilhão, quinhentos e sessenta e

quatro milhões e novecentos mil cruzeiros) será o Departamento de Estradas de Rodagem, órgão da administração indireta vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes.

Este subprojeto foi subdividido em estradas coletoras que receberá uma aplicação de Cr\$ 687.600.000,00 (seiscentos e oitenta e sete milhões, seiscentos mil cruzeiros), Estradas Vicinais I, onde se aplicará Cr\$ 98.600.000,00 (noventa e oito milhões e seiscentos mil cruzeiros), e em Estradas Vicinais II, Cr\$ 98.600.000,00 (noventa e oito milhões e seiscentos mil cruzeiros), e Pró-Safras a importância de Cr\$ 536.400.000,00 (quinhentos e trinta e seis milhões, quatrocentos mil cruzeiros), todas as importâncias aplicáveis nos 4 anos do projeto em tela.

Os objetivos do subprograma podem ser sintetizados para assegurar as condições de:

- circulação permanente e rápida;
- redução do custo de transporte e
- segurança.

Serão constituídas patrulhas construtivas, as quais serão distribuídas por região, sendo que cada patrulha terá seu equipamento próprio. O total do equipamento a ser adquirido pelo DER para execução do Pró-Rural é o seguinte:

- 100 caminhões basculantes;
- 20 caminhões pipas;
- 3 caminhões c/carroceria;
- 1 caminhão lubrificar;
- 1 caminhão com truck;
- 20 tratores de esteira c/ lâmina D 6;
- 20 pás carregadeiras;
- 20 motoniveladoras;
- 20 rolos compactadores;
- 10 retro-escavadeiras;
- 5 tratores agrícolas com grade e discos;
- 5 veículos utilitários tipo pick-up;
- 5 carretas rebocáveis, tipo tip-top e
- 2 compressores de ar com marteletes, tudo isso perfazendo um total de Cr\$ 257.370.000,00 (duzentos e cinquenta e sete milhões, trezentos e setenta mil cruzeiros).

O que estranhemos é o baixo investimento para execução de uma obra tão grande como a prevista no decorrer dos quatro anos neste subprojeto, pois o investimento referido representa apenas 16,61 por cento do total a ser gasto.

ENERGIA.

A entidade executora do subprojeto energia será a EMATER, sendo o total de aplicação a importância de Cr\$... 479.596.000,00 (quatrocentos e setenta e nove milhões, quinhentos e noventa e seis mil cruzeiros), nos quatro anos.

Pretende-se construir com o montante em referência 6.400 (seis mil e quatrocentos) bidigestores que ao custo de Cr\$ 78.000,00 (setenta e oito mil cruzeiros) por unidade perfazem o total a ser aplicado.

Trouxe como justificativa a crise energética que atualmente o País atravessa, pois todos sabemos que vivemos na dependência do petróleo, e que urge que usemos outras fontes para a solução de tão agravante problema, mas o que nos parece é que o custo para essa solução está muito além das possibilidades de um estado totalmente individado e carente em todos os aspectos.

SUBPROJETOS SOCIAIS

Os Subprojetos sociais pretendem a aplicação de Cr\$... 3.986.906.200,00 (três bilhões, novecentos e oitenta e seis milhões, novecentos e seis mil e duzentos cruzeiros), os quais serão distribuídos na seguinte forma:--

SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

O presente subprojeto ficará sua execução a cargo da Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, através de suas

entidades vinculadas:— Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha e Fundação de Promoção Social do Paraná, as quais aplicarão recursos da ordem de Cr\$ 1.209.125.200 (um bilhão e duzentos e nove milhões e cento e vinte e cinco mil e duzentos cruzeiros nos seguintes subprogramas:—

Centros sociais rurais, a importância de Cr\$ 678.015.000,00 (seiscentos e setenta e oito milhões e quinze mil cruzeiros); Construções de Instalações sanitárias e de abastecimento de água em escolas rurais, Cr\$ 178.222.200,00 (cento e setenta e oito milhões e duzentos e vinte e dois mil e duzentos cruzeiros); reequipamento de unidades de saúde Cr\$ 352.888.000,00 (trezentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e oito mil cruzeiros).

Como metas se colocou a construção de 123 unidades de Centros Sociais Rurais, Instalações Sanitárias em 711 escolas rurais, Construção de Instalações Sanitárias e de abastecimento de água em 860 escolas rurais, construção de Instalações sanitárias em 43 escolas rurais, além de assegurar aos hospitais, Sílvia B. Linhares, Antonina, Hospital Infantil Antônio Fontes, de Paranaguá a oferta de 51.455 leitos/dias por ano a população do Litoral, Hospital Luiza Borba Carneira a oferta de 29.300 leitos/dia por ano a população da Sub-Região do Alto e médio Tibagi, ao Hospital Hipólito e Mélia Alves D'Araújo, Lapa a oferta de 16.695 leitos dias por ano a população do médio e Alto Iguaçu, e ao Sanatório São Sebastião da Lapa a oferta de 146.000 leitos/dia por ano a população de toda a região atendida pelo projeto.

O grande mérito desse projeto foi que se descobriu o óbvio, o ululante, isto é constatou-se os altos índices de mortalidade infantil, que somente no ano de 1.977, atingiu o coeficiente altíssimo de 45, 18 por mil nascidos vivos em nosso Estado. E que esse coeficiente não diminuiu nos anos subsequentes, o que causa de fato uma grande preocupação a toda a administração do Estado.

Mas aqui teríamos que analisar as causas principais dessa mortalidade e não somente tentar criar uma estrutura como o projeto tenta enfocar, pois todos nós sabemos que este problema no atual estágio da nossa economia é e será insolúvel, pois o próprio regime cria as condições para que o problema se aguce cada vez mais.

Temos diversas vezes levantado o grande problema que consideramos o responsável por essas conseqüências, que é o modelo econômico brasileiro, o que traz prejuízos incalculáveis a toda a população brasileira, e não será o Estado do Paraná, que irá resolvê-lo com a aplicação de recursos os quais consideramos ínfimos, pois no nosso Estado não se consegue atender nem mesmo as unidades de saúde já instaladas desde as pequenas comunas até as cidades consideradas, de médio e grande porte.

Diz-se que a saúde do povo é a suprema lei, mas o índice de mortalidade não é um problema de saúde e sim de fome generalizada pelo qual passa todo o povo brasileiro.

Construir centros sociais rurais, importantíssimo seria se desse aos mesmos a estrutura necessária para o seu funcionamento, mas o que sempre vimos foi grande aplicação de capitais e não colocação de pessoal especializado para dar o atendimento necessário, ficando então verdadeiros elefantes a dormirem sem a devida utilização aos fins a que se propuseram.

EDUCAÇÃO RURAL:

Neste setor se aplicará a importância de Cr\$... 1.283.282.000,00 (um bilhão, duzentos e oitenta e três milhões, duzentos e oitenta e dois mil cruzeiros), cuja distribuição ficará da seguinte forma: Cr\$ 895.266.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões, duzentos e sessenta e seis mil cruzeiros), em revitalização do Ensino no Meio Rural e Cr\$ 388.016.000,00 (trezentos e oitenta e oito milhões, dez-

seis mil cruzeiros) em ampliação da Ação Educação Escola de segundo grau.

Sabedores que somos que o Estado de há muito vem transferindo a sua obrigação com a Educação aos Municípios, através de repasse de importâncias ínfimas pelo seu órgão chamado FUNDEPAR, para pagamento de professores ou para construção de escolas, tanto no meio rural como nas comunas paranaenses, é de se estranhar que hoje o Estado venha investir em escolas no meio rural.

Acreditando que esse investimento seja realmente efetuado, temos que analisar como será implantado o ensino de segundo grau, dado que a Lei 5692, já deveria estar sendo aplicada nos municípios paranaenses o que até hoje não ocorre dado a falta de pessoal especializado para tanto.

Daí acharmos que no campo de educação o projeto é quase que totalmente inviável, muito embora o nosso desejo que ele de fato seja colocado em prática urgentemente, através da própria Secretaria de Educação que será o órgão executor do projeto.

Vejamos também o que implicaria o projeto:— no que tange a recursos humanos, que exigirá a contratação de 2.700 professores, para atender 127.100 alunos, e o reequipamento de escolas já existentes, bem como a construção de diversas outras, sendo que com isso também o montante a ser alocado já se encontra de há muito defasado.

SANEAMENTO BÁSICO:

O subprojeto de saneamento básico terá como entidade executora a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR a qual já opera em 54 sedes municipais das 61 envolvidas com o projeto, quanto ao abastecimento de água.

Os objetivos a que se propõe o Governo é atendimento a comunidade de médio e grande porte quanto a implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários em cidades com população superior a 5.000 habitantes, na época do último censo demográfico.

Atendimento a pequenos núcleos urbanos com população inferior a 2 habitantes e saneamento rural atendendo o trabalhador rural residente em propriedades agrícolas constituídas por residências isoladas ou em grupos, porém sem as características de núcleos urbanos.

Para que os objetivos se consolidem previu-se no cronograma de desembolso a importância de Cr\$ 1.494.499.000,00 (um bilhão, quatrocentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e noventa e nove cruzeiros) os quais serão aplicados durante 4 anos.

A importância referida será dividida da seguinte forma: abastecimento de água Cr\$ 517.204.000,00 (quinhentos e dezessete milhões, duzentos e quatro mil cruzeiros); rede de esgotos, Cr\$ 244.408.000,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e oito mil cruzeiros); atendimento à Comunidades de Pequeno Porte, Cr\$... 165.148.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões, cento e quarenta e oito mil cruzeiros); Núcleos Regionais, Cr\$... 397.850.000,00 (trezentos e noventa e sete milhões, oitocentos e cinquenta mil cruzeiros); Propriedades Rurais, Cr\$ 169.889.000,00 (cento e sessenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e nove mil cruzeiros).

O que não entendemos é que se atenderá pelo atual projeto uma região realmente carente, mas que se esquecerá de tantas outras que são dependentes do mesmo benefício."

Somente para citar, Sr. Presidente, a sede de micro-região que é Campo Mourão, da minha região de Campo Mourão, até a presente data, não conta com a instalação e funcionamento definitivo da rede de esgotos, e é considerado cidade de médio porte.

Daí, Sr. Presidente, não acreditarmos na implantação do presente projeto como ele foi descrito, pois obras idênticas

não se realizam em cidades de muito maior importância, com todo o respeito, as 61 cidades que estão distribuídas dentro do projeto.

A administração do projeto, Sr. Presidente, aqui, está o âmago da questão, aqui se centralizará todo o controle do projeto através da criação da UTA — Unidade Técnica Administrativa —, a qual, a nosso ver, bem poderia ter outro nome do que UTA. E que estará ligada diretamente ao Gabinete do Sr. Secretário da Agricultura do Paraná, para o qual está destinada a importância de cento e doze milhões de cruzeiros para a administração, gastando setenta e dois milhões de cruzeiros, durante os 4 anos, dezoito milhões por ano. E quarenta milhões de cruzeiros para avaliação ex-post, criar-se mais uma unidade, Sr. Presidente, de administração, para que os Srs. Deputados sintam quantas entidades existem no Paraná, os Srs. sabem de que no Paraná existem 13 secretarias, dessas 13 secretarias, cada uma tem no mínimo em média, de 3 ou 4 órgãos paralelos a lhe auxiliarem, a chamada administração por vias indiretas, e criar-se mais a UTA, gastando-se cento e doze milhões de cruzeiros, Sr. Presidente, para a administração, como de conta, que a estrutura já montada, que o que o Paraná tem, com os tecnocratas instalados nos luxuosos gabinetes das secretarias, não têm condição, com o que já têm de administrar mais esse projeto, quem sabe se é mais um apadrinhado que vai ser galgado ao posto para gerenciar os cento e doze milhões de cruzeiros.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Vossa Excelência está caminhando por um terreno íngreme, porém altamente interessante para a definição de um perfil sócio-econômico do Paraná, quando, com muita propriedade, tenta estabelecer um confronto de um contraste realmente existente, entre as diversas regiões fisiográficas e, conseqüentemente, geo-econômicas diferentes, do Estado do Paraná.

Quando Vossa Excelência aborda o problema da UTA — por sinal sigla de um gosto discutível — Vossa Excelência aborda um assunto que me parece que esta Casa deveria ter, para com ele, um trato mais aprofundado, qual seja a cascata e a simultaneidade de órgãos afins, paralelos, e às vezes, com a mesma finalidade.

Veja Vossa Excelência que no organograma burocrático, da administração pública, temos "n" organismos destinados ao trato de um determinado assunto.

Mas, se olharmos em outros setores da administração, existem organismos paralelos, afins, com o mesmo objetivo. E na prática administrativa, quantas vezes, há um choque violento de competência, inclusive com esses organismos.

É evidente que, numa reformulação que deveria existir dentro de uma reforma administrativa séria e mais aprofundada, essa repetição de órgãos, com funções equivalentes, às vezes iguais, e às vezes, contrastantes, seria, deveria de ser, de uma vez por todas, abolida.

Mas, olhe o contrasenso: a administração pública, ao se sofisticar com uma tecnologia que nem sempre é sua, sempre é local, quase sempre é importada, acaba por criar uma burocratização excessiva que, por sua vez, gera possibilidades de corrupção, de mordomias, ou coisa semelhante.

Mas isso é evidente, é exatamente em função da repetição de órgãos com ação simultânea, ação contrastante e, às vezes, com o mesmo campo de trabalho.

Vossa Excelência é feliz quando faz essa abordagem, Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e incorporo a este meu modesto pronunciamento, em que procurei sintetizar e analisar após vários dias debruçado

em cima deste projeto, porque ele é uma verdadeira loucura, mais de duas mil páginas. Parece que ele foi mandado a este Poder — e citei, em meu pronunciamento, que seria até inócua — pela dificuldade de que nós, Deputados, pela falta de estrutura que temos nesta Casa, de analisarmos.

Então, a nossa análise, quase que didática, mas seria de suma importância que ficasse registrada nos Anais da Casa, que fossem registrados esses valores, para que o nosso entendimento ficasse registrado, bem como a nossa insatisfação. Por que a discriminação dessa área? Por que não atender outros bolsões de pobreza do Paraná, como o Norte Pioneiro, chamado Norte Velho, como o Norte Novo, Novíssimo? Ou será que lá não tem pobre?

O Sr. Renato Bernardi — Seria a confissão pública do Poder Estadual de que o País está necessitando, urgentemente, de uma reforma geral de estruturas, o que implicaria também, uma mudança de modelo político, econômico e social. E, viria a público o Poder Público Estadual, a dar plena razão às bandeiras que a Oposição levanta neste País há mais de 16 anos.

O SR. DARCY DEITOS — Mas, a Oposição que tem as suas alternativas, apresentar como? Se nós recebemos nesta Casa, como de praxe os projetos de lei, já vêm digeridos, já vêm montados pelos "filhos dos Deuses", aonde nesta Casa, não temos poder nenhum de mudar uma vírgula sequer, nem sequer na do orçamento que entrará em discussão dentro de alguns dias nesta Casa, nada se muda, vota-se aqui "ipsis literis", e sobre o orçamento, eminente Deputado, também ocuparei a tribuna desta Casa, para mostrar a discriminação que existe, com a minha região de Campo Mourão. Não só com a minha região, mas com toda a micro-região da Concan de Campo Mourão.

É uma insatisfação geral, falo pela minha região, mas sei que posso falar também pela Região Norte, pela Região Sudoeste, que todos estão inseridos neste mesmo contexto, a discriminação. Onde os investimentos do Governo, os projetos do Governo, são dirigidos para os seus apadrinhados, são dirigidos para as regiões que eles querem. Mas temos certeza que as pessoas ligadas ao Governo serão beneficiadas indiretamente pela organização.

Haja vista, que aqui nesta área, aonde será implantado este projeto, existe os maiores latifúndios do Paraná, eminente Deputado. Isto é oportuno que se ocupe a tribuna nesta tarde, num pronunciamento cansativo para citar números e tomar o tempo dos eminentes Srs. Deputados, que alguns, até por razões óbvias, não quiseram ouvir.

Mas, é preciso que os Anais sejam testemunhas do que estamos aqui afirmando, para que as gerações futuras não venham nos cobrar, e dizer e os senhores, onde é que estavam, quando vinham os absurdos para a Assembléia do Paraná e os senhores votavam "ipsis literis". Nós, não queremos ser coniventes e o tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, será testemunha de que nós não avalisamos para ninguém, no escuro e muito menos para um Governo ilegítimo que se encontra no Poder, como interventor, no Paraná, como de resto em todos os estados brasileiros. Ilegítimo porque não tem o voto do povo. Governo para mim é legítimo só quando é referendado nas urnas.

E, nesta semana, Sr. Presidente, o mundo viu uma demonstração de democracia, aonde elegeu-se o novo Presidente dos Estados Unidos. E parece que a discussão aqui no País, todos se envolveram, parecia até que era uma eleição nossa que nós brasileiros estávamos participando.

Porque nesta Nação, Sr. Presidente, homens com 36 anos, iguais a este Deputado que se encontra na tribuna, jamais votaram para Presidência da República. Mas, recolher impostos

todos nós temos quer escolher, obrigações todos nós temos.

Sr. Presidente, para encerrar, diria que o projeto tem realmente um outro alcance social. Mas, o que nos preocupa Sr. Presidente, e principalmente é o empréstimo de oitenta milhões de dólares que nós iremos referendar, que esta Casa irá referendar, para cobrir parte do custo dos mesmos dado o alto endividamento do Estado, cujo montante, Sr. Presidente, hoje é de oitocentos e quatro milhões de dólares entre encargos, entre principal e juros.

Não venham aqui se falar em perfil da dívida. O Paraná é consequência de um sistema implantado e é bonito se emprestar em dólares. Preocupação, Sr. Presidente, que não é só nossa. Essa preocupação já foi demonstrada no mês passado pelo Senador Leite Chaves, do meu partido do PMDB, que ao dar o seu Parecer na CCJ, do Senado Federal a uma autorização de empréstimo de cinquenta milhões de dólares ao Paraná, votou contrariamente é verdade, mas cujo voto, Sr. Presidente, para que os Anais desta Casa sejam testemunha, eu solicito a Vossa Excelência que dê como lido, que transmitirei às notas taquigráficas o voto em separado do Senador Leite Chaves, do PMDB, para que fique registrado nos Anais o seu voto em separado contrário ao empréstimo de cinquenta milhões, solicitado pelo Governo do Estado do Paraná.

Para se fazer justiça, para que não fique a imprensa do Paraná como fez há dias atrás, dizendo que Sua Excelência havia votado contra o Paraná. Na sua preocupação dizia ele que votava contra um empréstimo porque o Estado do Paraná, além de ser um Estado com muitas dívidas, era um Estado com muitas dúvidas, com muitas dúvidas sobre as aplicações no decorrer desses anos.

Portanto, faço essa solicitação, Sr. Presidente, que seja transcrito.

“SENADO FEDERAL

PARECER

Nº

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR LEITE CHAVES, na COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ao Ofício “S” n.º 26, de 1.980 “Do Senhor Governador do Estado do Paraná, para contratar empréstimo externo no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), destinado a Programas de Investimentos em áreas urbanas e rurais daquele Estado”.

Constitui motivo de grande preocupação para mim, a solicitação feita ao Senado Federal, pelo Sr. Governador do Estado do Paraná, no sentido de autorizar aquele Governo, a contratar empréstimo externo no valor de 50 milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte, que seriam destinados a Programas de Investimentos em áreas urbanas e rurais daquela Unidade da Federação.

A referida solicitação, transformada em projeto de resolução nesta Casa, levou-me, por vários motivos, a refletir cuidadosamente sobre o assunto e a concluir por sua total inopertunidade.

Ao que me parece, entre 1972 e 1980, os governos que se sucederam em meu Estado, contrairam o hábito pouco recomendável de recorrerem aos cofres internacionais para captar vultosos empréstimos alegando sempre a necessidade do cumprimento de determinadas metas administrativas. A título de exemplo, em 1972, foram 3 milhões de dólares através da Resolução n.º 21/73 e 8 milhões de dólares através da Resolução n.º 61/72. Em 1973, 10 milhões de dólares através da Resolução n.º 64/73, 50 milhões de dólares através da Resolução n.º 61/74. Em 1976, 100 milhões de dólares através da Resolução n.º 43/76. Em 1977, 6 milhões, 366 mil cruzeiros através da Resolução n.º 77/77; 13 milhões, 694 mil cruzeiros, através da Resolução n.º 111/77 e 55 milhões de dólares através

da Resolução n.º 50/77. Em 1978, 8 milhões, 16 mil e 600 cruzeiros, através da Resolução n.º 77/78; 30 milhões de dólares através da Resolução n.º 13/78 e 60 milhões de dólares, através da Resolução n.º 60/78. Em 1979, tivemos 100 milhões de dólares através da Resolução n.º 31/79 e 61 milhões de dólares através da Resolução n.º 87/79. Para completar este quadro, nos chega agora, neste final de 1980, uma solicitação de 50 milhões de dólares. Somando estas cifras, chegaremos facilmente à casa dos meio bilhão de dólares e se acrescentarmos a solicitação dos 50 milhões, atingiremos quase 600 milhões de dólares o que constitui um verdadeiro absurdo diante da grave crise que o País atravessa com uma dívida externa que ultrapassará em dezembro deste ano, a casa dos 50 bilhões de dólares.

Diante desses dados, podemos constatar ainda, que a média desses empréstimos no período compreendido entre 1972/1979, foi da ordem de 71,4 milhões de dólares.

Um outro aspecto merece atenção e refere-se à aplicação e ao destino desses capitais. Tudo parece indicar que na maioria das vezes eles são carreados, através de vários artifícios totalmente irregulares, para o cumprimento de tarefas acima de tudo incompatíveis com aquelas a que eles na realidade se propunham. Ou são desviados para complementar obras de prestígio que não trazem nenhum benefício social, ou são destinados para favorecer determinadas prefeituras situadas em regiões eleitorais estratégicas para o Governo ou simplesmente, servirão diretamente para alimentar as mordomias daqueles que podem, de alguma maneira, promover o Governador.

A este respeito, refiro-me a uma nota com destaque, publicada pelo jornal “O Estado de São Paulo” de 12-10-80 sob o título: “PR COBRE IMPRENSA DE VERBAS OFICIAIS”. Nesta nota, o Governo do Sr. Ney Braga é acusado de distribuir recursos públicos aos jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão do Estado, de controlar e sustentar com dinheiro do povo todos os meios de comunicação e, de desestabilizar qualquer instrumento de informação que não aceite suas regras do jogo como foi o caso do jornal “Correio de Notícias”, que teve a pretensão de seguir uma linha independente. No meu entender, escândalos como este, constituem sobretudo, crime contra a economia popular passível de pena grave.

Finalmente, é no bolso do trabalhador, do pai de família sacrificado, que os governos menos zelosos do interesse público vão buscar, através de impostos diretos e indiretos, cada vez mais pesados, a quantia de dinheiro necessária para pagar os juros e as outras obrigações inerentes a esses empréstimos. Além do mais, ao que me parece, eles não se destinam à melhoria das condições de vida e da situação econômica da comunidade como um todo.

Diante desses exemplos que deixam transparecer fortes suspeitas quanto ao bom encaminhamento do dinheiro público, por parte do Governo de meu Estado, reafirmo minha posição contrária ao Projeto de Resolução que rege esta matéria. O artigo do Estado de São Paulo, atrás referido, ficará fazendo parte deste meu voto divergente.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1.980.

Senador LEITE CHAVES.”

ANEXO AO PARECER DO

SENADOR LEITE CHAVES – PMDB – PR.

PR COBRE IMPRENSA DE VERBAS OFICIAIS

Existe, afinal, alguma diferença entre agricultura e imprensa, ou entre a informação e uma boa safra de milho, soja ou outro produto qualquer? No Paraná, pelo menos, não. Tanto assim que o próprio secretário de imprensa do Governador Ney Braga, Cleto de Assis, costuma usar esse argumento para tentar justificar a pródiga distribuição de recursos públicos aos jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão

do Estado, além do maciço controle de informação que sobre eles o Governo exerce.

O Governo do Paraná não apenas é o maior anunciante dos veículos de comunicação como sustenta quase todos eles, diariamente com uma farta quota de matérias de seu interesse, elaboradas por um verdadeiro batalhão de jornalistas nas assessorias de imprensa do Palácio Iguaçu, das secretarias e de uma infinidade de órgãos dos segundo e terceiro escalões. Essa é uma situação que o Governo não procura esconder, mas apenas justificar.

O Secretário Cleto de Assis garante que se o Governo deixasse de fazer publicidade, ou pelo menos reduzisse seu volume e suspendesse a distribuição de matérias pelas assessorias, poucos seriam os jornais, as revistas e as emissoras, do Interior principalmente que conseguiriam sobreviver. Esse é um problema que, segundo ele, pode até ser comparado ao da Agricultura: "O pequeno agricultor não consegue sobreviver sem a ACARPA, a EMATER, o crédito rural e toda a estrutura de apoio oficial. Da mesma forma, as pequenas empresas de comunicação dependem diretamente do Governo". Neste caso, ainda de acordo com seu raciocínio, "o Estado torna-se responsável pela informação" ocupando um espaço vago deixado pela iniciativa privada.

Podem ser estranhos os argumentos do secretário de Imprensa do Paraná, mas eles têm sua razão de ser. Quando assumiu o Governo, em março do ano passado, Ney Braga anunciou o fim do chamado "release" — matéria pronta para divulgação, distribuída pelas assessorias de imprensa e publicada pelos jornais como matéria paga, durante o Governo anterior. A medida teve grande repercussão, mas não durou muito. Pressionado por alguns jornais e emissoras, que não tinham repórteres suficientes para cobrir as atividades do Governo, sem o "release" Ney Braga teve que voltar atrás.

Para não caracterizar um recuo, porém, as assessorias de imprensa passaram a chamar suas matérias de "Boletins de Informação", que continuaram a ser publicadas sem alterações pela maioria dos jornais, com a única diferença de que agora o Governo se recusa a pagar essas publicações. O sistema, porém, foi aperfeiçoado e algumas secretarias, como a de Agricultura e de Saúde, contrataram assessores para atender exclusivamente determinados jornais, preparando extensas matérias especiais, sempre sob o enfoque desejado pelo Governo.

Em 1976, as subvenções do Governo do Paraná aos veículos de comunicação já haviam merecido a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa, proposta pelo Deputado Deni Schwartz, do MDB. Os trabalhos da CPI, porém, foram prejudicados pela maioria da ARENA, que não permitiu que fossem tomados os depoimentos de algumas pessoas consideradas importantes para a confirmação das denúncias, como o ex-Governador Paulo Pimentel, proprietário dos jornais "O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná", que sofriam um boicote total na distribuição dessas subvenções durante o Governo Jayme Canet Júnior.

No atual Governo, as subvenções diretas foram suspensas, mas nem por isso acabou o controle oficial da informação no Estado. Segundo alguns de seus assessores, Ney Braga tem uma característica comum ao seu antecessor, Jayme Canet Júnior, não suporta críticas da imprensa ao seu Governo. Talvez até por coincidência não há hoje no Paraná um só jornal que faça isso. O único que tentou adotar uma linha editorial mais combativa e independente, o "Correio de Notícias", de Curitiba, fechou depois de circular alguns meses apenas. O seu diretor, Faruk el-Khatib, acusou o governador Ney Braga de ser um dos responsáveis pelo fechamento do jornal que, segundo ele, fora vítima de uma "trama diabólica" do Governo do Estado, mediante um severo boicote econômico à empresa.

Os critérios políticos para a distribuição de verbas de publicidade aos veículos que são simpáticos ao Governo che-

garam a irritar até mesmo os empresários que integram a recém-criada "Associação dos Proprietários de Jornais e Revistas do Paraná", cujo presidente, Abdo Aref Kudri, pede a "moralização na aplicação do dinheiro público" nesse setor, para evitar "o comprometimento direto da informação e da liberdade de imprensa no Paraná".

Segundo Abdo Aref Kudri, o Governo do Paraná, por motivos estritamente políticos, tem sustentado, com seus anúncios, jornais e revistas quase falidos, cuja tiragem não supera, às vezes, algumas centenas de exemplares.

Um deles é o do jornal Diário do Paraná, de Curitiba, pertencente à falida rede dos Diários Associados, cuja situação financeira, é insustentável há muito tempo. Nos últimos meses o jornal ameaçou fechar diversas vezes, deixando de pagar seus funcionários. Alguns deles, depois de demitidos, entraram na Justiça pedindo o pagamento de seus salários atrasados e o jornal se viu obrigado a penhorar até seus equipamentos gráficos. Apesar disso, o Diário do Paraná tem sido contemplado com todas as programações de anúncios do governo, na mesma proporção dos jornais mais importantes do Estado.

Para sustentar os jornais e as revistas em situação difícil o Governo criou recentemente, a chamada "carta de crédito", que possibilita o pagamento antecipado dos anúncios que o Governo deseja programar no futuro. Cada empresa recebeu um média, um crédito de aproximadamente dois milhões para ser movimentado de acordo com suas necessidades junto ao Banco do Estado do Paraná. Para facilitar a cobertura desse débitos, o Governo programou em todos os jornais dias atrás, a publicação de páginas inteiras, sob o nome de "informações especiais", durante quase duas semanas, louvando as obras feitas pelas secretarias nos últimos 18 meses.

Os gastos com essa programação ultrapassaram os quinze milhões.

A forma pródiga com que o Estado gasta seu dinheiro em publicidade ficou comprovada mais uma vez ainda esta semana, quando, a pretexto de esclarecer sua posição perante a greve dos professores da rede oficial de ensino, o Governo ocupou toda a rede de emissoras de televisão e rádio do Paraná, durante dez minutos em horário nobre, para uma "entrevista" do Secretário da Educação. Só isso custou mais de dois milhões.

O controle da informação nas emissoras de rádio é mais direto. Até há bem pouco tempo, o Governo comprava diariamente cinco minutos em mais de 50 emissoras de Curitiba e do interior, para a transmissão do programa "Paraná em Marcha" — uma espécie de "release" radiofônico. Agora esse programa foi alterado, passando a se chamar "Rede Paranaense de Notícias". São 25 minutos de noticiário, feito por uma agência de propaganda contratada pelo Governo, transmitidos pela TELEPAR para as emissoras do Estado, gratuitamente.

Mas, especificamente, Sr. Presidente, sobre o endividamento, sobre essa matéria que discutimos na manhã de hoje junto com eminentes Srs. Deputados do nosso Partido e do Partido Situacionista, falará em seguida o eminente Deputado Deni Schwartz, que falará sobre o endividamento e o perfil, o famoso perfil da dívida do Estado do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é pelas razões que expusemos ao longo deste exaustivo pronunciamento, por não acreditar nas intenções deste Governo com relação ao povo de meu Estado, é que declaro, Sr. Presidente, o meu voto contrário ao empréstimo de 80 milhões de dólares.

E quero que os Anais façam justiça a este meu voto, para que as gerações futuras não venham dizer que nós fomos coniventes e avalisamos e assinamos no escuro.

Portanto, Sr. Presidente, encerro agradecendo a Vossa Excelência a benevolência que tem em me ouvir e os eminentes Srs. Deputados. Só que, antes de encerrar em definitivo, havia o eminente Sr. Deputado me solicitado o aparte que anteriormente já franqueei o aparte, mas que coloco novamente ao Sr. Deputado, se deseja fazê-lo.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço nobre Deputado, perdi a oportunidade.

O SR. DARCY DEITOS — Peço a compreensão de Vossa Excelência, haja visto que o nosso pronunciamento seria realmente extenso, e eu queria primeiro fazer a descrição dele para, em seguida, colocar à disposição os apartes.

O Sr. Erondy Silvério — Então eu peço, o aparte. (Assentimento).

Para, em primeiro lugar, parabenizar-me com Vossa Excelência, pela seriedade do estudo que fez sobre a matéria, porque é realmente u'a matéria extensa, que requer atenção do Deputado, não por dez minutos, nem por dez horas, mas por dias e dias.

E Vossa Excelência que ocupou, por longo espaço de tempo a tribuna, discorreu muito bem sobre o assunto,

Apenas discordamos de algumas colocações, é óbvio, porque hoje pela manhã, como Vossa Excelência bem frisou, o Sr. Secretário das Finanças, Dr. Edson Guimarães, esteve à disposição de toda a Casa pelo tempo que bem entendessem os Srs. Deputados, e deu cabais explicações, inclusive discorreu com uma segurança a toda a prova, de um perfeito conhecedor da matéria, sobre os assuntos atinentes à sua Pasta, especialmente a nossa dívida externa e a proposta governamental que apreciamos nesta oportunidade.

Pelas respostas dadas às questões levantadas por Vossa Excelência e demais eminentes Deputados do PMDB, e pela aquiescência — porque o silêncio representa para mim a aquiescência, eu tinha quase que a convicção que Vossas Excelências aceitaram plenamente a exposição do Secretário.

Em todo o caso, esta é uma Casa Parlamentar, é uma Casa política e é evidente que, politicamente, Vossa Excelência está desempenhando um papel do Deputado oposicionista, embora Vossa Excelência saiba, no íntimo, que o Governo está procurando principalmente não frear o desenvolvimento do Estado. O Estado do Paraná, a própria Nação brasileira precisa — e friso este ponto, — criar a cada ano, no Paraná, centenas e milhares de empregos novos, tal o número de jovens que crescem no mercado de trabalho.

Isto se fará a custo de investimentos. Investimentos penosos, porque é evidente que hoje e tem sido muito bem repisado pela bancada de Vossa Excelência, hoje a Federação é madrastra, é só quem tributa e é só quem estabelece a participação dos Estados e dos Municípios na arrecadação federal.

Então, ao Estado que não tem poder de tributação, só resta recorrer ao endividamento, a fim de que as obras de infra-estrutura continuem sendo executadas, realizadas e que estas obras, depois, possam produzir o suficiente para o aumento da arrecadação e a conseqüente amortização da dívida.

Vossa Excelência, quando fala no famoso perfil de dívida, vê o cuidado com que o atual Governo programou a estimativa da amortização desta dívida por dez anos.

Veja Vossa Excelência a acuidade com que o Governo se houve em estabelecer um aumento vegetativo de receita de apenas 3 por cento ao ano, prevendo exatamente possíveis catástrofes climáticas, que influiriam certamente negativamente na produção agrícola do Estado.

Viu Vossa Excelência que hoje o Estado está entrando em uma nova era. Já não são mais os produtos primários, já não são mais os produtos agrícolas, pelo menos no comportamento atual da receita do Estado para o orçamento que vamos discutir daqui a pouquinho, o fator primordial, mas hoje

já o setor industrial está realmente produzindo mais arrecadação, mais ICM, do que o setor agrícola.

Isto é uma conseqüência benéfica do endividamento do Estado, feito pelos governos anteriores, desde Paulo Pimentel até Ney Braga; porque a função dos Governos é exatamente isto, assumir o Governo, assumir a dívida encontrada, pagar a dívida, contrair novos empréstimos, desde que este dinheiro seja efetivamente aplicado em obras de infra-estrutura.

É isto que o Governo do Estado do Paraná tem a acuidade e também tem tido o cuidado de fazer. A exposição do Sr. Secretário das Finanças foi claríssima, e acho que convincente, porque Vossas Excelências, com o silêncio, já não digo com o aplauso, mas com o silêncio, parece terem concordado com aquela exposição.

Agradeço a Vossa Excelência, e quero, sinceramente, dar os parabéns a Vossa Excelência, que realmente estudou a matéria, e é isto que precisa ser feito.

As sugestões de Vossa Excelência não cairão no vazio, elas ficarão como sementes plantadas dentro do Legislativo, para que, na evolução dos acontecimentos, para que no amadurecimento das idéias, elas possam, amanhã, frutificar e derem os frutos que todos esperamos.

O SR. DARCY DEITOS — Nós é que agradecemos o seu aparte, eminente Líder, e até respeitamos a sua posição, evidentemente que Vossa Excelência é o Líder da Bancada do Governo.

Agora, discordo em tese, das suas colocações, não porque é evidente, porque ficou claro pela manhã, que Sua Excelência o Sr. Secretário convenceu em termos, mas efetivamente, e como os números são absolutos, eu fico com os números.

Agradeço a Vossa Excelência, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Continua em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto PRÓ-RURAL, que veio a esta Casa trazendo em seu bojo cerca de duas mil páginas de detalhamento, parece caracterizar mais uma vez a sistemática adotada pelo Poder Executivo, respaldado e resguardado numa nova casta social, e de poder, criada principalmente a partir de 1964, que é a casta dos tecnoburocratas, que ao bolar determinadas armações intelectuais encima de hipóteses numéricas, mas esquecendo-se talvez do mais importante que é o conteúdo psico-social, que toda a parcela do espaço geográfico tem como mais importante, que é a população com os seus anseios, suas necessidades, suas potencialidades e, acima de tudo, com sua memória e seus traços culturais específicos.

Mas, a vinda deste projeto tão extenso, criava, Sr. Presidente, para este Poder, um dilema até mesmo de credibilidade e que não será, evidentemente o objeto, o móvel da ação de uma bancada oposicionista.

Quando nós colocamos muitas vezes o problema da credibilidade de um sistema que se perpetua no poder, fazemos por razões de ordem política, fazemos por razões de ordem partidária, mas fazemos também por razões de legitimidade e de foro íntimo.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste episódio, devemos reconhecer que a bancada da Situação, através de sua Liderança, que bem poderia ter usado a sua maioria neste plenário, houve por bem reconhecer as razões da Oposição e, num acordo elevado, que apenas engrandece o Parlamento, concordado com a retirada deste anteprojeto da primeira para a segunda discussão, e ter possibilitado portanto, que a Oposição, em cerca de dez dias, pudesse mergulhar neste cipoal de

cifras, de dados, de colocações que, segundo as palavras do Dr. Edson Guimarães, Secretário das Finanças, deve ter exaurido horas, dias, semanas e meses dos tecnocratas encrustados na administração estadual.

Parece também evidente que, quando o Governo estadual do Paraná solicita, dentro de um projeto global de 218 milhões de dólares, solicitação autorização deste Poder Legislativo, no sentido da obtenção de um crédito, por operação de crédito, de 80 milhões de dólares, e escolhe, especificamente, dentro da grande paisagem paranaense, escolhe esta região, englobando a área metropolitana de Curitiba menos Curitiba; englobando o Vale da Ribeira, o Alto e Médio Tibagi, o Alto e Médio Iguaçu, a zona litorânea ele escolhe, efetivamente, a região que, paradoxalmente é rica fisiograficamente e pobre no que deveria ter de conteúdo mais rico, que é a sua gente, o povo que lá trabalha, lá opera e tenta participar tanto do processo social como do processo cultural, como do processo político e do processo produtivo.

Na explanação que Sua Excelência o Sr. Secretário da Finanças fazia, hoje pela manhã, nesta Casa, entre as diversas colocações que foram feitas, chamou-me à atenção a colocação feita por um Parlamentar desta Casa — para minha satisfação, do PMDB — quando, num repente, faz uma pergunta de ordem estrutural ao Sr. Secretário, e para a qual, evidentemente, obteve resposta. Resposta que a mim não convenceu.

Quando o Deputado Deni Schwartz indaga de Sua Excelência: "porque a região é pobre?"

A partir daí, vamos observar um projeto que visa, basicamente, a implantação de um serviço de infraestrutura: a canalização de recursos creditícios e a implantação de um instrumental de assistência psico-social, tanto na área educacional como na saúde, beneficiando, fundamentalmente, cerca de 25 milhões de hectares.

Numa região que, no seu universo, apresenta uma área de 65 milhões de hectares, dando, conseqüentemente, todo esse aparato financeiro, pessoal, administrativo, de alavanca e de impulso, para um atendimento efetivo ao que corresponderia a cerca de um terço da área efetiva.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz um princípio, dos mais disseminados, no modo vulgar do entendimento popular, que "todos são iguais perante a Lei".

Entretanto, dentro de uma estrutura de um regime capitalista, em que a obsessão pelo lucro passa a ser o objetivo a alcançar.

O individualismo, passa a ser a essência e a nota característica deste regime. É evidente que todos são iguais perante a lei, mas aos benefícios sociais existentes, dentro da parcela geográfica, nem todos são iguais e nem todos têm o instrumental básico necessário para ter acesso a esses benefícios.

E aí, criam-se as grandes contradições internas de um Estado, Srs. Deputados, que apresentou, num determinado período da expansão para o Oeste as maiores taxas de alargamento e extensão de suas fronteiras agrícolas, tendo chegado a um determinado instante da vida nacional, ser responsável por quase sessenta por cento das exportações do café que o Brasil fazia.

Um Estado que apresentou na sua forma de ocupação, um modelo específico de ocupação fundiária baseada essencialmente na capacidade de trabalho familiar. E este Estado, que já teve este panorama sócio-econômico, numa curva ascendente, observa hoje com a implantação de um modelo econômico na agricultura, totalmente voltado para as necessidades de exportação para um mercado de exportação, buscando lá os "agro-dólares" que permitam acertar as peraltices e os furos que essa tecnocracia implantada no País pelo golpe de força de 64.

Acaba causando a toda Nação, elevando a dívida externa a ultrapassar o patamar de 60 bilhões de dólares, e levando a

dívida interna do País a níveis jamais imaginados, por qualquer economista que tivesse sido formado na Escola de Júlio Verne.

Mas isto tudo, Srs. Deputados, provocou, em contrapartida, quadros extremamente interessantes e que o Estado do Paraná vai verificar a partir dos dados do recenseamento de 1980.

Ninguém, impunemente, vai fornecer tecnologia agrícola, capitais e mão de obra para o Paraguai, para a Bolívia, para o Mato Grosso do Sul, do Norte, Rondônia, Amazonas, Pará, Roraima, Maranhão e os Cerrados de Minas. Ninguém, impunemente, Sr. Presidente, vai fornecer semi-qualificada e desqualificada para as grandes regiões metropolitanas, como o caso de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, São José dos Campos e ainda, vai ter a pretensão, Srs. Deputados, de ver este Estado apresentar as mesmas estimativas feitas na década de 50 para a década de 60. Da década de 60 para a década de 70.

E não é possível que esses indicadores sejam os mesmos na década de 80. Está já o Secretário do Planejamento a sair para os meios de comunicação, preparando gradativamente a opinião pública do Paraná, para os furos que os órgãos de planejamento do Paraná acabaram apresentando nesta última década.

O IPARDES já está tolhido num dos setores de pesquisa. E é em cima dessa tecnocracia, Srs. Deputados, é encima dos levantamentos desses homens que o Executivo pretendia que, a toque de caixa, o Legislativo desse o seu aval e a sua aprovação a mais um empréstimo de 80 milhões de dólares e a um comprometimento de 218 milhões de dólares, equivalendo hoje, no câmbio paralelo, que é sempre o *avant-première* do reajuste quinzenal do dólar, a cerca de 15 bilhões de cruzeiros.

E é claro e é evidente que esta bancada do PMDB, não poderia aceitar e votar em cruz e não aceitou e nem vota em cruz, Sr. Presidente, Sabe e reconhece as razões fisionômicas com que os órgãos de planejamento deste Estado apresentam esta região que deverá ser beneficiada com o PRÓ-RURAL.

Mas sabe também, Sr. Presidente, e o exemplo aí está no Norte do Paraná, está aí o Oeste do Estado do Paraná a comprovar o que estamos e o que iremos afirmar, está aí o Sudoeste do Estado a mostrar que uma simples injeção de recursos para uma população de um milhão e quinhentos mil habitantes, mas que detém o poder fundiário em apenas 1/3 da área atingida, representará em último caso, e em última análise, a canalização de grande parte desses recursos para aquela minoria que, detendo o poder fundiário de 2/3 da área, mantém também, Sr. Presidente, profundas e estreitas ligações com o grande empresariado nacional e por sua vez, atrelado aos interesses do imperialismo econômico internacional.

Quando apartávamos o trabalho brilhante do Deputado Darcy Deitos, afirmávamos que o Poder Executivo não poderia reconhecer a nível do universo paranaense, nos seus 200 mil quilômetros quadrados, as necessidades gritantes que existem na contradição interna maior do capitalismo brasileiro aplicado no Paraná entre as diversas classes sociais que aqui trabalham e que são responsáveis pelo processo de produção.

E ao não querer reconhecer a necessidade básica e fundamental e essencial de uma mudança de estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais, faz de 65 mil quilômetros do universo de 200 mil, um laboratório particular para, num período de cinco anos, aplicar recursos que vislumbramos, Sr. Presidente, os resultados que daí advirão.

Duzentos e dezoito milhões de dólares, aplicados em crédito rural, pesquisa agro-pecuária, apoio a cooperativismo, reflorestamento para fins energéticos e ecológicos, estradas rurais, energia não convencional, saneamento básico, educação rural e saúde, vislumbramos que grande parte destes recursos terão algumas unidades fundiárias apenas como um estágio intermediário, mas o recipiente final, para o qual serão cana-

lizados estes recursos, não serão os pequenos proprietários aqueles que vivem da exploração agrícola como norma de participação da produção nacional a nível familiar.

Porque aí, está o exemplo de todo o País, quando a pequena propriedade é desestimulada, sofre um processo acelerado de agregação, incentivando a grande empresa, procurando, quem sabe, atrás dos índices de produtividade, esquecer que na pequena propriedade atingimos os índices de produção, que isto é o que interessa.

Vejamos, por exemplo, quando o Norte do Paraná tinha, na década de 60, um módulo médio fundiário de 12 alqueires os índices de produtividade do feijão eram baixos, mas os índices de produção eram altos, porque era a somatória de milhares e milhares de pequenas propriedades sustentadas e alimentadas pela atividade familiar. E não faltava feijão na mesa do trabalhador.

O aparelho repressivo não precisava desviar as bombas de gás lacrimogêneo do seu estoque para fins políticos, para fins de terrorismo, para tentar intimidar pais de família que, na fila, tentavam levar algumas gramas de feijão para casa para que a criança, sentindo falta daquilo que é um traço cultural, fundamental da população brasileira, o tivesse presente.

Infelizmente, estes técnicos que falam em economês, não conhecem antropologia cultural e não conhecem noções básicas da memória nacional. Portanto, não podem falar em traços culturais.

Naquela oportunidade, não havia a preocupação com índices de produtividade, mas tínhamos índices de produção. Hoje, o "império delfiniano" introduziu o sentido da empresa rural de grande propriedade, e procura nela aumentar os índices de produtividade. E traz para as grandes cidades um excedente rural que não participa do índice de produtividade, mas também não participa do índice de produção e faz com que a Igreja, na campanha da fraternidade, lance a grande indagação de "Para onde deve ir esta população?", porque, por tradição, por memória atávica, tem na agricultura e tem no campo o seu modo de relação, dentro da paisagem fisiográfica em que cada homem é lançado.

E saindo de sua área cultural específica, vai para as grandes cidades, fazendo com que este País, Sr. Presidente, esteja hoje a perder a sua identidade cultural, para gáudio daqueles que querem fazer do Brasil e de toda a América Latina um quintal de experiências e querem fazer com que a América Latina tenha as suas veias drenadas para a sede do grande poder econômico internacional.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, acho que Vossa Excelência, na colocação mais abrangente, mais genérica, em verdade traz também alguns aspectos que precisamos efetivamente ponderar.

Quando em cima de um PRÓ-RURAL que também temos oportunidade, não hoje, de analisar, principalmente na questão fundiária, vemos esta disposição de se levar um programa, esquecendo-se da causa maior, dos problemas estruturais que Vossa Excelência vem colocando, fico um pouco angustiado e até assustado, que talvez estejamos prestes a repetir algumas coisas que já aconteceram em regiões como a nossa, no Oeste do Paraná.

Cooperativismo recebe no projeto, 308 milhões de cruzeiros para incrementá-lo, incentivá-lo, ampliá-lo. Mas que cooperativismo?

Repetindo o projeto integrado do cooperativismo do Oeste, que serve, inclusive, de modelo, sob a ótica oficial, mas que, por seu lado, exatamente entrou na monocultura e fez com que se ampliasse, de uma vez por todas, o índice de concentração de propriedade, que criasse toda uma estrutura a serviço, efetivamente, das SANBRA, CARGILL, Anderson Clayton, Coty-Brasil, NEVA e etc., favorecendo ainda mais esta drenagem

de riquezas do solo, da riqueza humana e da própria renda, de toda uma região?

Cooperativismo que sabemos, hoje afastado dos seus princípios doutrinários e filosóficos, e que também se preocupa, portanto, com a grande propriedade e com aquele aspecto que Vossa Excelência se referiu, que traduz o modelo que nós vemos, da empresa agrícola.

E que, ao mesmo tempo, neste mesmo PRÓ-RURAL, vemos 302 milhões de cruzeiros para acertar o uso e posse da terra, quando se indaga, como bem fez o Deputado Darcy Deitos: "E o INCRA, onde está e para que existe?"

E essa posse da terra, será agora, terá o título de legitimação, para que, na etapa seguinte, aqueles 80 por cento que não serão atingidos no primeiro passo, na etapa seguinte venham a absorver esses 20 por cento, concentrando a propriedade e gerando mais êxodo rural, expropriando indiretamente o pequeno trabalhador e gerando, portanto, a causa que hoje vivemos aí, da violência urbana, da saída do homem do campo, da ausência de produtos alimentares, enfim, de todas essas injustiças desse problema social ou do custo social desse dito crescimento que é econômico, e portanto, não é desenvolvimento.

Porisso, Deputado, acho que o importante seria que nós políticos pudéssemos, aos poucos, reconquistar os valores culturais, sociais deste País, e alijando, no canto da História deste País, toda aquela tecnocracia de uma escola mercantilista que tem como papado a escola de Chicago, venham trazer esse tipo de colocação para nós.

É nessa hora, quando somamos o problema do cooperativismo, do uso e posse da terra, quando sabemos que não podemos ficar com os braços cruzados, é bom que se diga, diante dessa situação de quase miserabilidade, de regiões como essa, mas em outras de todo o País, precisamos ver para quê está se fazendo isso.

Como é que se coloca no contexto do Estado? Como ficam as outras regiões? Como são os custos sociais que teremos, a médio e longo prazo, porque não entendo e não aceito, porque estão aí os últimos anos provando que estes que estão nos dirigindo, com essas técnicas, com esses planos e com essas ações, venham a ter uma preocupação social, venham colocar o coletivo acima do individual, venham se preocupar, não com a produtividade pela produtividade, mas pela lucratividade que possa dar, pelas cifras que possam aparecer, pelas divisas que possam render, mas se esquecem da qualidade de vida do homem.

Portanto, passa a ser inócuo todo esse projeto, todo esse trabalho.

Oxalá estejamos enganados, porque aí sim, poderíamos, talvez amanhã, reconhecer o mérito daquilo que hoje precisamos questionar, exatamente pelas deficiências e pela ótica em que se apresenta.

Obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e o incorporo ao meu pronunciamento.

Continuarei, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entretanto, dentro deste quadro em que sabemos quais serão os recipientes desses recursos e desses investimentos que serão feitos nesta área, e pode-se imaginar, dentro do grande modelo político e econômico em que o País está, que, seguramente, aquelas camadas da população que apresentam uma renda "per capita" hoje, nessa região entendida como muito abaixo da média, e que este projeto, executado na integridade, fará com que a tonelagem de grãos passe de 678 mil para um milhão, 118 mil. E que a renda "per capita", que estava num índice de cerca de 300 dólares, não venha a representar, efetivamente, uma distribuição de renda, mas venha mostrar, mais uma vez, um exemplo da concentração do resultado da produção em determinadas mãos, fazendo com que esses 2 mil e 100

quilômetros de estradas escoadoras, que serão abertos, apenas facilitarão o enxotar dos camponeses da região mais pobre do Paraná para os grandes centros urbanos; para engordar, ainda mais, os anéis periféricos da miséria, da sub-vida, da sub-moradia, da sub-alimentação, de ausência de educação, falta de acesso aos bens de saúde, e acima de tudo, da falta de garantia e da perspectiva do dia de amanhã.

Este foi o quadro geral do Brasil interior, de um País que, continental, apresenta entretanto, à semelhança da Índia, do Paquistão, áreas urbanas congestionadas e uma área rural incapaz de produzir alimentos auto-suficientes para a manutenção dessa população.

E estamos caminhando para isto. No recenseamento de 80, há cidades com frustração de 40 por cento das suas estimativas. Mas a região metropolitana de Londrina, a região metropolitana de Curitiba não. Porque somos camponeses tangidos do nosso interior que vão engordar as regiões metropolitanas.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a bancada do PMDB, não fecha a questão encima do PRÓ-RURAL. Cada parlamentar do PMDB há de votar na forma que ele entender mais conseqüente, com o seu modo de encarar e de vislumbrar as necessidades reais do Estado do Paraná.

Nós iremos, isto sim, dar trânsito a esta matéria, como estamos dando, a Bancada majoritária seguramente, associada aos votos daqueles companheiros de Oposição do PMDB, que desejarem dar este voto de confiança, talvez de reconhecimento das necessidades desta região de 65 mil quilômetros quadrados, que vive realmente em muitos casos, à margem das conquistas tecnológicas do Século XX, e que necessitam de investimentos para que elas possam ter acesso a bens fundamentais.

E, aqueles Parlamentares do PMDB, que entendendo que a concessão deste empréstimo, a aprovação desta mensagem possa representar dentro do contexto geral que há uma quebra da hierarquização dos valores humanos, possa entretanto, representar um mal menor. Porque seria a canalização de recursos específicos.

Esses companheiros nossos, Sr. Presidente, não de votar a favor da mensagem governamental. Mas aqueles companheiros que, estudando exaustivamente a matéria, como tantos o fizeram, e que ao vislumbrar na continuação da aplicação desses investimentos, um prejuízo essencial e fundamental, aos direitos, às necessidades e uma frustração aos anseios daqueles um milhão e 500 mil irmãos nossos, da Região Litorânea, da Região Metropolitana, do Alto e Médio Iguaçu, do Alto e Médio Tibagi e do Alto Ribeira.

E, entendendo que este empréstimo de 80 milhões de dólares, esse investimento de 218 milhões de dólares poderão representar ainda mais, Sr. Deputado, o móvel e o instrumento que acelerarão o esvaziamento dos nossos campos, a exploração dos nossos irmãos despossuídos por aqueles que, tendo o controle fundiário, tendo o poder decisório sobre os meios intermediários de produção e comercialização, têm também a palavra final sobre todo o panorama sócio-econômico da região.

E entendendo que isto representará, em última análise e em última instância um prejuízo visceral àquela população, esses companheiros irão votar contra este anteprojeto e esta mensagem.

Mas, entendendo também esta posição da bancada do PMDB em deixando a questão em aberto para que cada parlamentar se alinhe na sua forma de entender dentro de um movimento político e econômico, viciado na sua essência, portanto anti-povo e anti-nação e que não poderá numa parcela mínima de investimento e que não poderá conseqüentemente, Srs. Deputados, dentro da parte, modificar o todo.

Porque já diz aquele axioma da lógica escolástica, que o todo contém as partes. E não será até uma parte bem intencionada, até bem intencionada, admitamos, ad-argumentando, que poderá corrigir as distorções de um sistema e de uma estru-

tura que estão voltados para o privilégio, para a concentração, para o favorecimento de alguns em detrimento e às custas do suor e sangue da grande maioria.

Não será, Sr. Presidente, provavelmente não será, Srs. Deputados, uma parte incrustada dentro do grande todo viciado e voltado para interesses que não são os interesses do povo; voltado para as necessidades que não são as necessidades nacionais; voltado para anseios que não são os anseios de quem realmente, de sol a sol, participa do processo de produção.

Mas iremos, entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dar trânsito a esta matéria, dar trânsito a esta mensagem e ela seguramente com os votos do Partido Democrático Social, com alguns votos de Deputados das oposições, inclusive talvez, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, esta mensagem será aprovada, será transformada em lei.

Mas este voto favorável de muitos, contrário de alguns, deve significar o grande compromisso de um Poder Legislativo que se debate com uma crise de poder; que se debate esvaído dentro de suas prerrogativas; que se debate esvaído do seu conceito de órgão fiscalizador, de caixa de ressonância dos anseios populares, há de significar, acima de tudo, o compromisso do Poder Legislativo em acompanhar a aplicação deste projeto e cobrar, Sr. Presidente, na era em que parte destes recursos estarão canalizadamente beneficiando aqueles que realmente detêm o poder fundiário daquela região.

É esta a posição da bancada que tenho a honra de ocupar a Liderança. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Continua em discussão o Projeto de Lei 127/80. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para colocar a posição do meu voto. Sou contrário a este projeto de lei, e antecipo também meu voto contrário de acordo com o parecer e voto separado ao Orçamento anual.

As razões do Orçamento anual constam do voto em separado e as razões pelas quais voto contra, me reservo ao direito de fazer em outra oportunidade, já que pretendo, com isto, possibilitar aos Srs. Deputados a comparecerem à Missa de Sétimo Dia do genitor do Secretário da Justiça.

Em homenagem póstuma a esse cidadão, ao pai do eminente Sr. Secretário da Justiça, deixo de fazê-lo hoje, mas declaro meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação o projeto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Antes que Vossa Excelência proceda a verificação, quero, em nome da bancada do PDS, agradecer a gentileza da Bancada do PMDB desta Casa, especialmente ao nobre Deputado Deni Schwartz, porque realmente pretendemos prestar uma homenagem póstuma ao genitor do Secretário de Justiça, que terá a missa de Sétimo Dia agora às 18:30.

Quero agradecer a compreensão e a gentileza.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Está em votação. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 121/80, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que altera a delimitação territorial dos Distritos Judiciais da Comarca de Guarapuava, (Lei 5809, de 15 de julho de 1968). Parecer Favorável da C.C.J., na forma de Emenda, por unanimidade. Em regime de urgência. Aprovado. - (Publicado no D.A. nº 93, de 27/08/80 fls. e 3 e 4).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 121/80

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, tem por objetivo caracterizar a delimitação territorial dos Distritos Judiciários da Comarca de Guarapuava, a fim de que seja adequada a divisão administrativa à realidade concreta.

Desde que não houve qualquer alteração na delimitação territorial dos Distritos Judiciários constante da Lei n.º 5.809, de 15 de julho de 1.968, o presente plano de lei está em condições de ser apreciado pelo plenário.

Assim, opinamos FAVORAVELMENTE à sua aprovação sugerindo, apenas, que entre os textos do "caput" do Art. 1.º e do inciso I, seja colocado o seguinte título, na forma da Emenda em anexo.

"DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DOS DISTRITOS JUDICIÁRIOS DA COMARCA DE GUARAPUAVA".

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1.980.

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Fidelcino Tolentino, Relator.

EMENDA

Ao Projeto de Lei n.º 121/80

Acrescente-se, entre os textos do "caput" do Art. 1.º e do inciso I, o seguinte título:

"DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DOS DISTRITOS JUDICIÁRIOS DA COMARCA DE GUARAPUAVA".

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1.980

a) Fidelcino Tolentino.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 63/80), que aprova Proposta de Orçamento Anual do Estado para o exercício de 1.981. Com Parecer da C.O. e EMENDAS, distribuído através de Avulso do Diário da Assembléia. — **Aprovado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Questão de ordem) Só para esclarecimento. O requerimento que fizemos sobre o assunto é para 2.ª discussão? A oportunidade seria exatamente

te na 2.ª discussão?

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Na forma do parágrafo único da Resolução 17/67, do artigo nono, o parágrafo único do artigo: votado o projeto em 1.ª discussão, respeitado o interstício de 48 horas, será levado à segunda discussão, na qual serão também apreciadas as emendas objeto do requerimento que trata do artigo sétimo.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Só para lembrar.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ewaldo Ecke, ocorrido em Toledo. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 183.º aniversário de fundação de Antonina. **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa deferir e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento subscrito pelo Sr. Deputado Nelson Buffara, queiram levantar-se (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se (Pausa).

6 Srs. Deputados aprovam; Nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 07, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.